

Palmas, 21 de setembro de 2020

PARTIDO DOS TRABALHADORES

 **PREFEITO**
VILELA
DO PT Vice: **Naiara**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PALMAS

**POR UMA PALMAS HUMANA
E EM DEFESA DA VIDA**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Presidente do PT Diretório Municipal de Palmas: João Helder Vilela

Coordenador do Grupo de Trabalho: Donizete Nogueira Rocha

Relator da Comissão: José Carlos da Silveira Freire

Coordenadores	Eixos e Dimensões da Política
1. João Helder Vilela	Candidato a Prefeito
2. Donizeti Nogueira	Gestão Humanizada, Democrática e Participativa e Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Recursos Naturais
3. José Carlos da Silveira Freire	Desenvolvimento Social: Educação.
4. José Damião Trindade Rocha	Desenvolvimento Social: Educação.
5. Agostinho Chaves	Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Recursos Naturais
6. Cícero Belém Filho	Desenvolvimento Social: Cultura
7. Márcio Ribeiro da Silva	Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Recursos Naturais
8. Wisley Oliveira Souza	Gestão Humanizada, Democrática e Participativa e Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Recursos Naturais
9. Witer Fonseca Naves	Desenvolvimento Urbano Direito a Cidade, Infraestrutura e Habitação
10. Eutalia Barbosa Rodrigues	Desenvolvimento Social: Saúde e Assistência Social
11. Guilherme Barbosa Rodrigues Fonseca Naves	Desenvolvimento Social: Juventude
12. Ana Cleia Gomes da Silva	Desenvolvimento Social: Mulheres e Diversidade
13. Maria Vanir Ilídio	Desenvolvimento Social: Direitos Humanos e Diversidade
14. Silvânio Coelho Mota	Gestão Humanizada, Democrática e Participativa

15. Antônio Carlos Montandom	Gestão Humanizada, Democrática e Participativa
16. Rosimar Mendes da Silva	Desenvolvimento Social: Mulheres e Diversidade
17. Cristian Trindade Ribas	Desenvolvimento Social: Combate ao Racismo e Diversidade
18. Dandara Maria Barbosa	Desenvolvimento Social: Combate ao Racismo e Diversidade.
19. Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas	Desenvolvimento Social: Combate ao Racismo e Diversidade

ESTRUTURA DO PLANO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARA O MUNICÍPIO DE PALMAS

SEQ.	POLÍTICAS	DIMENSÕES
I	Política de Investimento Econômico e Ambiental	Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Recursos Naturais
II	Política de Projetos Estruturantes de Desenvolvimento da Cidade	Desenvolvimento Urbano, Direito a Cidades, Infraestrutura e Habitação
III	Políticas de Desenvolvimento Social e Cultural	Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Combate ao Racismo, Juventude e Mulheres, Direitos Humanos e Diversidade
IV	Políticas de Governança e Gestão Municipal	Gestão Democrática, Participativa e Humanizada
V	Políticas de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação	Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	05
2. Princípios norteadores.....	11
3. Políticas e Estratégias.....	14
4. Eixo 1 – Políticas de Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade,	
5. Meio Ambiente e Recursos Naturais.....	14
6. Eixo 2 – Políticas de Desen. Urbano, Direito a Cidade e Habitação.....	22
7. Eixo 3.1 – Desenvolvimento Social: Educação.....	26
8. Eixo 3.2 – Desenvolvimento Social: Saúde.....	29
9. Eixo 3.3 – Desenvolvimento Social: Assistência Social	29
10. Eixo 3.4 – Desenvolvimento Social: Defesa dos Direitos Da Mulher	36
11. Eixo 3.5 – Desenvolvimento Social: Combate ao Racismo.....	40
12. Eixo 3.6 – Desenvolvimento Social: Juventude.....	45
13. Eixo 3.7 – Desenvolvimento Social: Cultura.....	48
14. Eixo 3.8 – Desenvolvimento Social: Direitos Humanos.....	51
15. Eixo 4 - Gestão Democrática, Participativa e Humanizada.....	54
16. Eixo 5 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.....	61
17. Considerações Finais.....	63
18. Referências Bibliográficas.....	63

I – Apresentação

O Partido dos Trabalhadores emerge como alternativa política de representação popular no contexto de redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980. Ao se apresentar como defensor da democracia e do socialismo o PT foi fundamental na mobilização social pelas Diretas Já e na aprovação da Constituição Federal de 1988. A construção participativa do projeto democrático e popular credenciou o PT como o principal partido de esquerda no Brasil. Desde a primeira experiência de gestão municipal na prefeitura de Diadema, em 1982, O PT consolidou um modo petista de governar que se tornou referência como projeto de Governança e de Governo, no qual demonstrou competência técnica e compromisso político com os cidadãos de onde administrou. Prova disso são os indicadores sociais, das administrações petistas, que possibilitou a inclusão social de milhões de trabalhadores e trabalhadoras por meio do acesso às políticas de emprego decente, salários justos, renda e políticas públicas que garantam acesso à educação, saúde, cultura e bem-estar. Nesse sentido, trazemos o que prescreve seu Estatuto como partido político:

Art. 1º. O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Palmas é uma cidade que nasceu aos pés da Serra do Carmo, hoje banhada pelo lago da Hidrelétrica do Lajeado. Ela é a mais nova, e uma das mais belas, entre demais capitais do Brasil, com apenas 31 anos completados agora no mês de maio. Hoje possui uma população de mais de 300 mil habitantes (habitantes e residentes da comunidade universitária) na sua maioria jovens, e com mais de 185 mil eleitores. Fundada em consequência da criação do Estado, na Constituição de 1988, que atendeu ao reclamo antigo do povo do então Norte Goiás, hoje, nosso Estado do Tocantins.

Contudo, vale ressaltar que apesar de Palmas ser uma capital nova e submetida a um planejamento sistemático antes de sua criação, estudos científicos e empíricos apontam que desde o início da implantação, um forte e crescente nível de segregação espacial explícita no formato da elaboração e ocupação das quadras do plano diretor, pensadas para

atender os interesses da especulação imobiliária e das Aurenys, já construídas com intuito segregacionista na formação da periferia da cidade, e assim abrigar os mais pobres. Vale ressaltar a resistência popular que obrigou a ocupação de algumas áreas do plano diretor. Essa análise é absolutamente necessária quando se pensa os desafios que a cidade enfrenta para garantir o acesso aos bens e serviços essenciais para o desenvolvimento humano dos moradores de regiões marginalizadas da capital, a exemplo do acesso ao transporte público de qualidade e a moradia digna, tendo em vista que a especulação imobiliária, grande responsável pelo descumprimento da função social da terra, impossibilita a classe trabalhadora mais explorada habitar no plano diretor e usufruir de equipamentos urbanos sociais básicos.

Para ilustrar a imensa desigualdade social que cerca a capital, remetemos ao Índice de Desenvolvimento Humano de Palmas, publicado em 2010, que afirma que o IDH do município é de 0,788, considerado um nível alto (entre 0,700 e 0,799). Já no quesito renda, o mesmo estudo aponta que a renda per capita do Palmense é de R\$ 1.087,35, porém quando se observa esses dados desagregados por cor/raça, fica em evidência a alta discrepância nos números: a renda per capita média da (o) s negra (o) s Palmenses é de R\$ 854,61, já a da (o) s branca (o) s, é de R\$ 1.560,82. Dessa forma, o Partido dos Trabalhadores necessita ter um papel político importante no reconhecimento e no combate às desigualdades espaciais, raciais e de gênero que compõem o município de Palmas.

A economia do município tem a predominância do comércio e serviços, com forte densidade de servidores públicos (municipais, estaduais e federais), com setor industrial pouco expressivo, assim como, também é pouco expressiva a agricultura, a pecuária e sobretudo na forma de produzir no sistema da agroecologia. Por estar localizada no centro do país, por suas riquezas naturais, pela particularidade de existirem muitas pequenas propriedades rurais, e por ser uma síntese da brasilidade e sua cultura, Palmas possui um grande potencial para se transformar na capital do desenvolvimento sustentável, dos eventos de negócios articulados com turismo de aventura e ambiental, da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos e dos fazeres culturais.

A integração desses potenciais possibilitará a promoção de um desenvolvimento social potente por meio da atração e estabelecimento de iniciativas econômicas, empresariais e científicas que gerem muitos empregos e condições dignas de trabalho, conhecimento e felicidade, para a construção das condições necessárias para uma atuação

forte do governo municipal na efetivação de políticas públicas para garantia dos direitos sociais.

A sua localização no centro do país, possibilita que Palmas possa se constituir em um dos maiores polos logísticos intermodais do país. Assim como, pela peculiaridade do território do município de ser ocupado majoritariamente por agricultores familiares e assentados, Palmas poderá se constituir num grande polo produtor e exportador de proteína animal e vegetal advindas das pequenas propriedades. Bem como, pela multiplicidade cultural e síntese das brasilidades a nossa capital pode almejar a se constituir em um polo irradiador da economia criativa (Documento Encontro de Tática Eleitoral, Palmas 2020).

No Período em que o PT governou Palmas, em articulação com os governos de Lula e Dilma, promoveu grandes mudanças sociais: melhorou o transporte coletivo, implementou as escolas em tempo integral, ampliou e reestruturou a rede atenção à saúde, em especial a atenção primária, secundária, urgência e emergência, desenvolveu um ousado programa de habitação e um importante programa de regularização fundiária, além de uma rede de assistência social, por meio da implantação do SUAS.

Além disso, implantou o orçamento participativo – importante mecanismo de democratização do poder – e deu protagonismo às mulheres e a juventude. Também, respeitou a autonomia dos movimentos sindical, social e popular. Passados quase 8 anos da ocorrência das administrações Petistas (2005 a 2012), os problemas da cidade já não são os mesmos, embora parte dos programas desenvolvidos pelo PT tenham sido abandonados ou não avançaram – como a habitação, educação e assistência social – e certamente exigirá um grande esforço do próximo gestor para uma vigorosa retomada.

Nós no/do Tocantins, pertencemos a esse legado, pois naquele momento:

O povo enxergou em Luiz Inácio Lula da Silva seu próprio rosto e depositou nele a ideia da “mudança”. Mudança de um sistema que imperava há 500 anos. O desafio assumido por Lula foi também o desafio assumido por um partido que tem o trabalhador como nome, que carrega em seu cerne as bandeiras sociais, do trabalho, da equidade social e do bem-estar das pessoas.

Foi assim que o Partido dos Trabalhadores chegou pela primeira vez à Presidência da República, fazendo parte de um governo que carregava a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. O discurso de posse já era um prelúdio do que viria: o desenvolvimento econômico aliado à justiça social. O povo, finalmente, era inserido no orçamento. (PT/BRASIL, O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL).

O PT vive um novo momento, um momento de franca recuperação da sua imagem, reconstrução do seu caráter militante e socialista, e do reconhecimento de que é o Partido que efetivamente representa a classe trabalhadora, ou seja, os interesses da maioria do povo. As eleições municipais de 2020 acontecerão em um cenário atípico, tanto do ponto de vista do rito (a data da eleição), quando do político, econômico e social (pandemia COVID-19, governo de ultradireita e fascista de Bolsonaro e nossa defesa de seu Impeachment).

Mas por outro lado, se compararmos às eleições de 2016, temos um cenário muito mais favorável para o campo da esquerda, com o crescimento no seio da sociedade do anti-bolsonarismo e o fortalecimento das nossas pautas históricas - antifascismo, antirracismo e feminismo. Ainda, é importante reafirmar o fato de que, no Tocantins, nas eleições de 2018 tivemos um bom resultado para a candidatura do PT à presidência da república (Haddad), o que fortalece nosso entendimento de que o PT ainda é o partido de referência da classe trabalhadora e que continua com bastante força eleitoral.

Programas sociais como Fome Zero, Bolsa Família, Luz Para Todos, o Programa de Cisternas, Prouni, entre tantos, transformaram a vida de milhões de pessoas. Sem o fantasma da fome, famílias brasileiras puderam se preocupar em estudar, comprar eletrodomésticos, viajar de avião e até abrir seu próprio negócio. [...]

São conquistas dos governos do PT a criação do Mais Médicos, do Minha Casa, Minha Vida do Pronatec, do PAC e tanto outros programas que fizeram a diferença para o nosso povo. Ao final dos anos de governos petistas, o Brasil possuía uma reserva internacional acumulada de mais de US\$ 380 bilhões. Crescimento e desenvolvimento social. Economia forte somada à soberania nacional.

Foi também nesse período que o Brasil se tornou a quinta economia do mundo, e também referência para vários países no combate às desigualdades sociais. Deixou o Mapa da Fome. Deu adeus ao fantasma do FMI. Descobriu o pré-sal e tornou essa riqueza sustentável ao usar seus recursos como investimento em saúde e educação (PT/BRASIL, O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL).

Nosso desafio enquanto partido é conseguir colocar o PT à altura dos anseios proclamados pela classe trabalhadora nesse momento histórico, canalizando essa força social - já nitidamente simpática ao nosso projeto - para nossas candidaturas majoritárias e proporcionais. Mas esse desafio só será atingido se tivermos firmeza da nossa posição. Precisamos impulsionar o PT a reafirmar, mais do que nunca, o jeito petista de governar e o nosso projeto de mundo e sociedade. Qualquer construção de tática e estratégia eleitoral precisa estar conectada com nosso legado histórico e nosso programa fundador do PT: um programa dos trabalhadores, socialista e radicalmente democrático. Temos condições de

assumir essa vanguarda política para ampliar a capilarização da nossa base já existente e capitanear de forma organizada o conjunto das insatisfações do povo trabalhador nesse momento histórico, desenvolvendo uma narrativa que encontre ressonância nos anseios e expectativas da maioria população, que vê sempre seus interesses serem alijados em favor de uma minoria já muito privilegiada. Para isso, só precisamos de muito trabalho militante e uma ação política centrada em nosso programa petista.

Em Palmas, sob nova direção, o partido se preparou para retomar o seu protagonismo político, eleitoral e de gestão nos rumos do município. Para que isso aconteça e se consolide, o partido precisa apresentar um projeto radicalmente democrático de justiça social e de desenvolvimento social e sustentável, que envolva verdadeiramente a maioria do povo Palmense, pois será através dele que chegaremos ao governo Municipal e que serão construídas as políticas públicas que a ele se destinam.

Esse projeto de desenvolvimento precisa ser capaz de articular ações de curto, médio e longo prazo, gerenciado por um modelo de gestão alternativo e popular que substitua, o centralismo personalista, por planejamento democrático e participativo, com monitoramento rígido e permanente, fundado em premissas como: 1) O desenvolvimento sustentável e bem estar humano, com uma política econômica centrada na redução das desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida das pessoas a partir da garantia dos direitos sociais pelas políticas públicas, como questões fundamentais presentes em todas as diretrizes e ações de governo; 2) Uma lógica de gestão radicalmente democrática, popular e participativa, com o fortalecimento do controle social nas políticas públicas e com o diálogo e participação dos movimentos sociais e demais organizações populares como estratégia de fortalecimento da cidadania e de emancipação do povo; 3) O respeito às novas e futuras gerações será construído no presente, com a perspectiva de que elas deverão desfrutar de condições ambientais saudáveis e propícias para gerar e desfrutar das riquezas necessárias à uma boa qualidade de vida; 4) A redução das desigualdades é a coluna vertebral desse processo de desenvolvimento sustentável, integral e democrático e norteará todas as políticas públicas com vistas a melhor distribuir a riqueza entre as pessoas, possibilitando a apropriação do produto do trabalho - das riquezas - pela classe trabalhadora ((Documento Encontro de Tática Eleitoral, Palmas 2020).

Este Plano de Governo apresenta-se como um instrumento político e guia de governança e gestão do candidato a prefeito de Palmas João Helder Vilela. A seguir,

elencamos os princípios que servem de base e dão sentido às políticas e seus respectivos eixos do plano de desenvolvimento socioeconômico e sustentável da cidade de Palmas. Segue o conjunto de políticas e estratégias por eixo e área da gestão municipal. Atentos, a Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores que enfatiza que:

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

[...]

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverão esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas. (PT/BRASIL CARTA DE PRINCÍPIOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

Desde sua criação, de lá pra cá, o Partido dos Trabalhadores afirma seu compromisso com a democracia plena, e na atual conjuntura, mais ainda, diante dos ataques constantes do Governo Federal a esta concepção de governo.

2 - PRINCÍPIOS NORTEADORES

O PT é um partido que tem um éthos de gestão (um costume social, hábitos fundantes, valores, ideias, crenças e afazeres próprios do PT): *O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar*. Sua experiência nos governos municipais e estaduais, nos parlamentos em todas as esferas de poder, bem como os programas de governo de Lula e Dilma, consolidaram o “Modo Petista de Governar” por todo o Brasil.

O modo de governar do PT reconhece o município como: “o lugar onde vivem as pessoas: ricos e pobres; mulheres e homens; crianças; jovens; adultos; idosos”. É no município que “Pessoas de diferentes etnias e pessoas com deficiências. Onde se estabelece a relação com a terra, com o ambiente natural, com o território, com o espaço e o tempo” (PT/BRASIL O MODO PETISTA DE GOVERNAR E DE ATUAÇÃO PARLAMENTAR).

Com base neste modo de governar, o PT estabelece os conteúdos dos Planos de Governo com base em cinco eixos articulados entre si: 1 – Desenvolvimento local sustentável. 2 – Participação popular e cidadã e controle social. 3 – Políticas sociais e a realização de direitos. 4 – Gestão ética, democrática e eficiente. 5 – Desenvolvimento urbano e rural nos municípios e direito à cidade.

Estes princípios reconhecem “a heterogeneidade e a pluralidade que compõem e caracterizam a sociedade brasileira, que abarcam também as diferenças de gênero, raça e geracionais, de orientação sexual e de capacidades”.

2.1. DIREITO A VIDA E AO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Trata-se de um direito fundamental, pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos individuais e sociais. Consiste em no direito de continuar vivo, com saúde, mas também, de ter uma vida digna, socialmente referenciada, como um valor intrínseco e humano básico. A melhoria da qualidade de vida das pessoas deve estar presente em todas as diretrizes e ações propostas. Devem-se priorizar estratégias que tragam mais qualidade

de vida as pessoas, os investimentos públicos devem ser direcionados para a sociedade a fim de que alcancem melhores níveis de desenvolvimento humano.

2.2 DIREITO À DIVERSIDADE, A PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Consiste no respeito à diferença e o reconhecimento da autonomia dos sujeitos. É fundamental para a convivência social sadia e humana. Cada cidadão deve ter o direito de se expressar a partir de suas condições e escolhas, no que tange às diferenças de raça e etnia, gênero, orientação sexual, classe social, crenças e religiões, sem que isso implique no tolhimento de seus demais direitos. Acreditamos em um governo participativo, principalmente na inteligência de cada cidadão deste município. Uma lógica de gestão radicalmente democrática, popular e participativa, com o fortalecimento do controle social nas políticas públicas e com o diálogo e participação dos movimentos sociais e demais organizações populares como estratégia de fortalecimento da cidadania e de emancipação do povo.

2.3 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

É a coluna vertebral desse processo desenvolvimento sustentável, integral e democrático e norteará todas políticas públicas e estratégias para melhor distribuir a riqueza socialmente produzida. Para superar as desigualdades é imperativo investir em educação inclusiva e de qualidade social, com emprego e trabalho decente. A redução da desigualdade social é dever da sociedade.

2.4. SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O desenvolvimento sustentável consiste na capacidade que temos de usufruir dos recursos naturais e humanos sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. Por isso é necessário preservar o meio ambiente como parte da estratégia de desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento de Palmas necessita conjugar políticas de crescimento socioeconômico e de sustentabilidade. A crise sanitária ocasionada pela pandemia da COVID-19 demonstrou que é preciso crescer com sustentabilidade ambiental. Preservar o Meio Ambiente é um imperativo de autopreservação de todos.

2.5. RESPEITO ÀS NOVAS E FUTURAS GERAÇÕES

O cultivo e respeito Intergeracional será construído como um valor intrínseco no presente, com a perspectiva de que elas deverão desfrutar de condições ambientais saudáveis e propícias para gerar e desfrutar das riquezas necessárias à uma boa qualidade de vida.



POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS

No presente Plano de Desenvolvimento Econômico e Social de Palmas entende-se por Políticas os princípios de ação, propostas para darem uma direção própria a tudo que se faz dentro da Instituição. **Expressam prioridades** no conjunto das ações concretas. Por **Estratégias** compreende-se os modos concretos de realizar o princípio expresso pela política, isto é, as escolhidas para cada política, em conformidade com o diagnóstico e demandas levantadas.

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Recursos Naturais

“O desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico; é um processo de aumento da produtividade e dos salários, decorrente da necessidade de mão-de-obra cada vez mais qualificada...” (Bresser Pereira)

É preciso que compreendamos o desenvolvimento econômico a partir da visão de que a acumulação de capital deve ser um instrumento em favor de todos, por isso ela não deve estar concentrada na mão apenas de pessoas, mas, também, na mão do Estado com um forte controle social; mesmo sabendo das limitações existentes nos marcos regulatórios que limita o papel dos municípios, por estarmos tratando do desenvolvimento econômico no âmbito do município de Palmas. Com vontade política e capacidade de articular as demais esferas de governos, os atores econômicos (capital e trabalho), e, colocando as vantagens comparativas que possuímos no centro desta estratégia, será possível desenvolver um conjunto de políticas, para desencadear a médio prazo um processo de *“incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar da (...) sociedade”* (Bresser Pereira) Palmense.

Para isso, precisamos de uma estrutura de gestão do município ágil e forte, para atuar como fomentadora das políticas necessárias para o desenvolvimento, como a implantação do centro de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação e de preparação de mão-de-obra dirigida aos setores econômicos definidos como estratégicos e afinados aos potenciais que oferecem as nossas vantagens comparativas.

Para um município como Palmas, com mais de 300 mil habitantes e um PIB per capita de mais de 28 mil reais, o PIB já próximo a 9 bilhões de reais e sua economia, cuja, a principal predominância é do setor terciário (comércio e serviços), com forte densidade de servidores públicos (municipais, estaduais e federais), com setor secundário (industrial) pouco expressivo, assim como, também é pouco expressivo o setor primário (agricultura e a pecuária). Daí, decorre que a necessidade de se formular estratégias, para implementar políticas que façam expandir os setores tímidos da economia e potencializar, ainda mais setor terciário, investindo em áreas ainda praticamente intocadas ou não percebidas como potenciais e necessárias ao desenvolvimento do Município.

Sobre as vantagens comparativas a serem destacadas em Palmas, podemos citar como principais potencialidades: uma população ainda bastante jovem; a localização no centro do país; as suas riquezas naturais; a particularidade de existirem muitas pequenas propriedades rurais; e, por possuir uma síntese da brasilidade e suas culturas. Por isso o município possui um grande potencial para se transformar na capital do desenvolvimento sustentável, dos eventos de negócios articulados com o turismo de aventura e ambiental, da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos e dos fazeres culturais.

Isso passa por articular e impulsionar com academia, o setor produtivo e o terceiro setor, um conjunto de políticas de qualificação dos recursos humanos para setores estratégicos, o desenvolvimento de novas tecnologias de interesse e afinadas com as potencialidades do município, para atração de investidores, que venham somar-se com o projeto de uma Palmas humanizada, rica, justa e solidária.

É necessário, portanto, a estruturação de políticas que estabeleça uma plataforma de desenvolvimento econômico com alto valor agregado e que aproveite nossas potencialidades naturais e ambientais, mas que tenha um pé no futuro, como por exemplo:

- a) Aproveitar o potencial do invejável período solar palmense para mudar a matriz energética atual, tendo por foco a indústria de componentes de painéis e todo tipo de tecnologia voltado para a indústria fotovoltaica;
- b) Explorar a excelente localização da Capital (entre um magnífica serra e um exuberante lago) para potencializar o turismo através do melhoramento das praias existentes e a construção de mais praias, piers, beradeiros, equipamentos de lazer

e outros ao longo de toda a margem do lago para lançar o jargão: Palmas: Vc de Férias o Ano Todo;

- c) Desenvolver e apoiar a produção de tecnologias de ponta, alinhando o poder público, as universidades, empresas e suas organizações sociais interessadas na produção inicial de softwares e chips e, em outro momento, outros componentes de microcomputadores;
- d) Desenvolver e apoiar projetos e planos que envolvam o interesse mútuo do poder público, de instituições de ensino, alunos e empresas no desenvolvimento da Universidade EaD que implante e faça funcionar o projeto Palmas para o Amanhã que consiste em desenvolver cursos de graduação gratuito ou de baixo custo a quem interessar;
- e) Desenvolver e apoiar projetos que possibilitem a construção de um Portal E-comercio para difundir serviços e produtos desenvolvidos por todo profissional e empresa da Capital, fazendo seus serviços e produtos alcançar o mundo no projeto denominado Palmas para o Mundo;

Para implementar o desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental, propomos um conjunto de políticas e estratégica para o plano de governo Vilela do PT:

Eixo 1 – POLÍTICA 1: Realizar Planejamento Estratégico e sua Operacionalização	
	ESTRATEGIAS
001	Articular com as Universidades, o IFTO, as representações dos atores produtivos (Capital e Trabalho) a realização de um processo de planejamento e construção de uma matriz de desenvolvimento econômico e social estratégico, tendo como referências o capital social e as vantagens comparativas.
002	Implantar de fato e de direito o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Ambiental, Recursos Naturais e Inovação, garantindo-lhe a existência de uma Secretaria Executiva de Gestão do Conselho.

Eixo 1 – POLÍTICA 2: Fomentar o Empreendedorismo	
	ESTRATEGIAS
001	Criar E-commerce Municipal, através do Projeto Palmas para o Mundo parcerizado com o SEBRAE e Universidades para favorecer a virtualização do comercio no município tanto de pequenas empresas quanto de profissionais sediados em Palmas.
002	Ampliação dos recursos financeiros do Banco do Povo para investimentos e custeio de atividades de produção, comércio, serviços e inovação.
003	Implementar a Universidade EaD, através do Projeto Palmas para o Amanhã, com Ensino Superior Virtual gratuito ou a custos reduzidos, dirigido a todos os Palmenses.
002	Criar um fundo de aval para estimular os agentes financeiros, públicos e privados, a investirem em empreendedores individuais, associativos de produção solidária, cooperativas, micro e pequenas empresas.
003	Capitar Recursos de fundos Internacionais para financiamentos de investimentos em setores estratégicos da economia palmense.
004	Implementar política de incentivo às instituições de ensino, empresas e cidadãos com capacidade de criação de novas tecnologias.
005	Desenvolver e implantar moeda virtual, através do Projeto PalmasCoin, vinculada ao Banco do Povo e com lastro na cadeia produtiva de Palmas, mas com liberdade de flutuação de valor.
006	Implementar política de incentivo às instituições de ensino, empresas e cidadãos com capacidade de criação de novas tecnologias, através do Projeto PalmasTecno.

Eixo 1 – POLÍTICA 3: Estimular Produção saudáveis de alimentos	
	ESTRATEGIAS
001	Criar uma linha de crédito para fomento orientado às atividades de agricultura, pecuária, olericultura, fruticultura, floricultura e piscicultura.
002	Implementar a agricultura urbana.
003	Implementar um parque de piscicultura.
004	Fomentar a implementação de um cinturão verde.
005	Desenvolver uma política de extensão e assistência técnica.
006	Criar Estruturas de Feiras Drive Thru Permanente de ortifrutigrangeiro em vias de alta velocidade, através do Projeto Thru Palmas.

Eixo 1 – POLÍTICA 4: Promover a Agricultura Familiar	
	ESTRATEGIAS
001	Desenvolver uma política de mobilização para organização de entidades associativas e cooperativas de produção e comercialização nos mercados locais, nas feiras e que alcance as políticas de compra institucional de alimentos (Merenda Escolar).
002	Fortalecer o SIM – Serviço de Inspeção Municipal e apoiar a implantação SIE –Serviço de Inspeção Estadual e o SIF –Serviço de Inspeção Federal.
003	Implantar um serviço qualificado de extensão e assistência técnica rural e de difusão de tecnologias para a produção, transformação e comercialização de alimentos saudáveis.
004	Desenvolver em parceria com os Agricultores familiares experimentos e implantação de tecnologias de geração de energia renovável, como também práticas que aumente a produção e produtividade agrícola e pecuária.
005	Implantar um programa municipal de certificação orgânica para os pequenos e médios produtores de lácteos, hortaliças, peixes e frutas.
006	Organizar a participação do setor na elaboração do planejamento e do orçamento, visando incluir as suas demandas por infraestrutura na construção e reforma de estradas, pontes e demais serviços.

007	Fomentar a diversificação da criação de pequenos animais (caprinos, ovinos, suínos, aves caipiras de corte e postura, peixes, etc) com a garantia de crédito, assistência técnica e comercialização da produção.
008	Reafirmar a política de transição ecológica com a realização de congressos de produção orgânica e agroecologia.
009	Promover e incentivar o empreendedorismo social da juventude no campo.
010	Realizar uma ousada ação de correção e conservação do solo, tendo como contrapartida dos beneficiários a recuperação das matas ciliares e áreas de reservas naturais.

Eixo 1 – POLÍTICA 5: Criar a Política de incentivo a Agricultura Urbana	
	ESTRATEGIAS
001	Mapear e catalogar áreas urbanas desocupadas(baldias) públicas e privadas.
002	Aprovar uma lei que autorize a Prefeitura a realizar contratos de comodatos com proprietários de imóveis urbanos e rurais.
003	Realizar atividades de mobilização para famílias e pessoas interessadas em se candidatarem as atividades da Agricultura urbana.
004	Incentivar a produção agrícola em quintais e varandas de apartamentos.
005	Realizar eventos de trocas de experiências e exposição da produção urbana na cidade de Palmas.
006	Organizar e ampliar hortas comunitárias urbanas, para geração de renda e disponibilização de alimentos frescos e saudáveis a população Palmense.
007	Garantir a Produção de sementes e mudas para os cultivos temporários e permanentes (alimentos) e florestamento.

Eixo 1 – POLÍTICA 6: Ampliar o programa de abastecimento	
	ESTRATEGIAS
001	Repensar e consolidar o CEASA Palmas.
002	Reestruturar e ampliar os programas de abastecimento e de segurança alimentar.

003	Ampliar e Revitalizar as Feiras Públicas Municipais.
004	Implantar um moderno Mercado Municipal de Palmas.
005	Implantar um Programa de Aquisição antecipada de alimentos, impulsionado pelo Banco do Povo e articulado com a Central de Abastecimento e a rede municipal de ensino na alimentação escolar;
006	Fortalecer a Patrulha Mecanizada, ampliando com aquisição de novos equipamentos, inclusive, com uma perfuratriz de poços artesianos.

Eixo 1 – POLÍTICA 7: Proteger integralmente o uso Sustentável dos Recursos Naturais

	ESTRATEGIAS
001	Articular e construir em parceria com empresa de água um programa de pagamento de serviços ambientais aos proprietários que protegerem e ampliarem área de proteção das nascentes e demais recursos naturais a serem mensurados e que seja considerados essenciais para o abastecimento de água para a população palmense.
002	Implantar o Parque das Águas para a proteção e desenvolvimentos de atividades socioambientais educativas, turismo e lazer.
003	Implantar em parceria com entidades públicas e com as comunidades equipes de combate e controle a ocorrência de incêndios florestais.
004	Aumentar a fiscalização e Monitoramento de forma preventiva em obras, projetos ou atividades potencialmente poluidora ou de degradação ao meio ambiente.
005	Realizar o zoneamento ambiental e econômico do município.

Eixo 1 – POLÍTICA 8: Fortalecer o Plano Municipal de Turismo.

	ESTRATEGIAS
001	Revisar e atualizar o Plano Municipal de Turismo

Eixo 1 – POLÍTICA 9: Requalificar e Ampliar a Infraestrutura de eventos e do Turismo	
	ESTRATEGIAS
001	Construir um grande centro de eventos ou ampliar o Parque do Povo, articulado com o PATI –Parque Ambiental Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.
002	Implantar roteiros turísticos de navegação seguros, com sinalização permanente, ligando Palmas a Porto e Palmas a Lajeado, via lago.
003	Implantar uma moderna sinalização turística no Município.

Eixo 1 – POLÍTICA 10: Ampliar a Infraestrutura Turística	
	ESTRATEGIAS
001	Criar uma Empresa de Economia Mista, com a participação acionária de no mínimo 51% e no máximo 49% do capital aberto a empresas ou pessoas ligadas ao setor, para planejar, desenvolver e operar as ações e atividades turísticas no Município.
002	Realizar parceria com as grandes agências nacionais e internacionais para promoção e difusão dos atrativos turísticos e oportunidade de negócios em nossa Cidade.
003	Promover a Transformação do Distrito de Taquarussu, para um grande, estruturado e agradável polo turístico de nosso Município, dialogando com a comunidade local.

Eixo 1 – POLÍTICA 11: Ampliar a Promoção de Eventos	
	ESTRATEGIAS
001	Reestruturar o atual calendário de eventos locais e construir um calendário de eventos nacionais e internacionais.
002	Transformar Palmas na Capital Nacional dos Eventos de Negócios, de Corporações Classistas, de Ambientalistas, de cientistas, religiosos e da diversidade Cultural.

003	Manter e fortalecer o Capital da Fé e retomar e readaptar a realização do Carnaval tradicional.
004	Fortalecer e ampliar o festival Gastronômico de Taquarussú, melhorando a logística de acesso e as estruturas de recepção e instalação.
005	Fortalecer a Realização do Arraiá da Capital.
006	Realizar anualmente um encontro nacional de quadrilhas Juninas em Palmas.
007	Articular a realização de Feiras de Negócios e Tecnologias.
008	Realizar Anualmente o Festival de Música.
009	Investir nos grandes centros urbanos do País, na promoção da nossa temporada de férias.
010	Articular com organizações das diversas modalidades desportivas a realização de eventos em Palmas.
011	Realizar a cada 2 anos uma Conferência Nacional e a cada 4 anos de turismólogos e de empresas do setor.
012	Apoiar a realização de casamento comunitários

Eixo 2: Políticas de Desenvolvimento Urbano Direito a Cidade e Habitação

A cidade de Palmas, nascida do fruto de interesses especulativos e marcada pelo discurso da mais nova capital brasileira, projetada para dar aos cidadãos e cidadãs a qualidade de vida que faltava em inúmeras cidades devido à grande crise urbana que afeta o país e que tem gerando desigualdades urbanas e total falta de democracia à cidade, revelou a Palmas, capital do Estado do Tocantins, problemas urbanos tão relevantes quantos os mais comum a qualquer cidade brasileira e que é de urgência e necessidade impar discutirmos esses problemas para que tenhamos uma cidade mais inclusiva e democrática.

Esse eixo abre um conjunto de propostas que são transversais às diversas políticas públicas geridas pelo município e que se materializam no território palmense, possibilitando o rompimento histórico da falta de planejamento urbano para as cidades brasileiras e assumindo o compromisso na busca pela equidade social, maior eficiência administrativa, ampliação da cidadania, sustentabilidade ambiental e respostas aos direitos dos cidadãos e

cidadãos em condições vulneráveis: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros e índios. Todos eles pautados pelo processo de discussão democrática da cidade, conjuntamente com seus personagens, que sempre estão na construção da cidade ao longo de seu processo histórico. A maioria das propostas são de natureza intra-urbanas e que definem o desenvolvimento urbano como sendo a melhoria das condições materiais e subjetivas de vida nas cidades, com a diminuição das desigualdades sociais e a garantia de sustentabilidade ambiental, social e econômica ao lado da dimensão quantitativa da infra-estrutura, dos serviços e dos equipamentos urbanos.

Eixo 2 – POLÍTICA 1: Discutir a situação fundiária da cidade de Palmas e de regularização fundiária sustentável.

	ESTRATEGIAS
001	A discussão da estrutura fundiária de Palmas é elemento estruturante para o desenvolvimento urbano da cidade e a redução do custeio da mesma. O processo de regularização fundiária sustentável a partir de áreas de interesse social(ZEIS) incentivando as cooperativas e a construção civil e prevenindo a ocupação de áreas de riscos ambientais e de degradação.

Eixo 2 – POLÍTICA 2: Implementação dos Instrumentos do Estatuto da cidade dentro do plano diretor da cidade de Palmas.

	ESTRATEGIAS
001	Implantar os instrumentos inibidores da acumulação e lucro de capitais advindos da especulação imobiliária como forma de prevenção da segregação urbana.

Eixo 2 – POLÍTICA 3: Construir o vetor de desenvolvimento urbano da cidade de Palmas por meio de um anel viário que possibilite a integração dos vários modais de transporte.

	ESTRATEGIAS
001	Implantar o anel viário que se faça vetor do desenvolvimento urbano na avenida Teotônio Segurado conjuntamente com a avenida Tocantins e

	Rodovia TO 050, possibilitando uma maior agilidade e diminuição dos custos de mobilidade a cidade e aos seus cidadãos trabalhadores.
--	--

Eixo 2 – POLÍTICA 4: Constituir propostas para a dinâmica imobiliária da cidade de Palmas.

	ESTRATEGIAS
001	Fortalecer o controle do poder executivo no processo de organização da cidade, a partir da legislação urbanística de uso do solo.
002	Reivindicar a transferência a titularidade do patrimônio imobiliário do Estado para o Município.
003	Fazer cumprir a partir dos instrumentos do Plano Diretor a função social das terras públicas.

Eixo 2 – POLÍTICA 5: Política de mobilidade urbana mais adequada à população trabalhadora da cidade de Palmas

	ESTRATEGIAS
001	Executar uma política de transporte e mobilidade capaz de gerar a integração de vários modais de transporte, como meio de reduzir as deseconomias da cidade.
002	Ofertar transporte público eficiente e de qualidade, capaz de contribuir com o desenvolvimento econômico e sustentável da cidade.
003	Estabelecer mecanismos permanentes de modelos alternativos de financiamento de política de educação para o trânsito e de constituição de infraestrutura para a articulação de modais de transporte na cidade de Palmas.
004	Desenvolver uma política de mobilidade centrada no deslocamento das pessoas, priorizando os pedestres, ciclistas, passageiros de transporte coletivos, pessoas com deficiência e idosos, no uso do espaço urbano de circulação.

005	Ampliar a oferta de transporte públicos, contemplando as áreas e horários de lazer.
006	Implantar uma faixa de segurança para os motociclistas nos semáforos.

Eixo 2 – POLÍTICA 6: Constituir uma política Habitacional inclusiva e de acesso a cidade de Palmas

	ESTRATEGIAS
001	Elaborar a política habitacional com os personagens urbanos, buscando a confluência de interesses, quando necessário para viabilização de projetos habitacionais que inclua os cidadãos.
002	Fortalecer os mecanismos de fiscalização e controle de acesso à programas de habitação popular
003	Estimular sistema de cooperação na construção de moradia
004	Implementar um programa de superação do déficit habitacional
005	Estabelecer uma política habitacional a partir do diagnóstico do crescimento populacional.
006	Criar um fundo de habitação popular, com convergência de recursos orçamentários advindos do erário de todas as esferas do executivo e a implantação de um sistema de financiamento cooperativo.
007	Estabelecer um padrão construtivo que seja concernente às características ambientais do bioma do cerrado, no qual se insere a cidade de Palmas.
008	Instalar nas casas de pessoas de baixa renda do programa minha casa minha vida uma célula foto voltaica de produção de energia
009	Fornecer caixa d'agua para superar a falha do abastecimento para quem não tem na rede, agua continua.

Eixo 2 – POLÍTICA 7: Formular uma política de controle sobre o saneamento urbano e ambiental da cidade de Palmas

	ESTRATEGIAS
001	Rediscutir o plano municipal de saneamento

002	Construir um conselho de controle social da concessão do serviço de saneamento básico
-----	---

Eixo 2 – POLÍTICA 8: Um programa de capacitação e de gestão de informações do território do município de Palmas.

	ESTRATEGIAS
001	Capacitar os agentes públicos e populares para compreensão do estatuto da cidade.
002	Implantar um sistema de georeferenciamento de todo o território Palmense, capaz de gerar vários dados e mapas para uma melhor leitura da realidade da cidade de Palmas

Eixo 3 – Desenvolvimento Social: Educação.

A implementação de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis.

Essas políticas refletem direitos garantidos na constituição de 1988, que tem sido duramente atacado desde o golpe de 2016, seja pela redução pura e simples desses direitos, seja pela redução dos recursos para financiamento das políticas públicas que sustentam esses direitos, em função da instituição do Teto de Gastos.

A nossa candidatura a prefeito e Vereadores de Palmas precisam reafirmar a necessidade de revogar o Teto de Gastos para que o Estado Brasileiro volte a atuar para reduzir as desigualdades e induzir o crescimento econômico sustentável.

Nosso programa de governo apresenta propostas que integram políticas e ações para: enfrentar a miséria e as desigualdades; assegurar e ampliar os direitos sociais de forma universal e combater as diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade, que caracterizam a sociedade brasileira, abarcando as diferenças de gênero, raça e etárias, de orientação sexual e de capacidades, que resultam em violentos processos de discriminação, que aprofundam as desigualdades.

Este eixo envolve as políticas públicas de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos das Mulheres, Combate ao Racismo, Juventude e Cultura.

3.1. - Políticas Educacionais

A educação escolar constitui uma política social que se destina a formação para a cidadania e o trabalho. No âmbito municipal a Lei 9394/96 garante o direito a educação mediante políticas que devem assegurar a educação infantil, em creches e pré-escolas, bem como o acesso aos iniciais do ensino fundamental. Durante as duas gestões do PT o município de Palmas foi destaque nacional devido a criação e implementação exitosa dos Centro Municipais de Educação Infantil – CMEi's e de Escolas de Tempo Integral – ETI'S. Entretanto esses projetos foram descaracterizados devido a ausência de políticas de formação e profissionalização docente. Cabe ao novo gestor municipal revitalizar esses projetos para que o município volte a ocupar seu lugar de destaque nacional. Eis as principais políticas que devem ser implementadas:

Eixo 3.1 – POLÍTICA 1: Expandir o atendimento educacional às crianças, visando alcançar as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação, Planos Estaduais e Municipais.	
	ESTRATÉGIAS
001	Ampliar vagas e novos CMEIS com base na territorialidade
002	Distribuição equitativa das vagas com base territorial e demográfica
003	Construir novas unidades educativas no eixo estrutural de transporte coletivo de Palmas
004	Garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural
004	Ampliação de recursos orçamentários e financeiros para a manutenção e o desenvolvimento da Educação Infantil
006	Revisar a política de critérios, universalizando o acesso

Eixo 3.1 – POLÍTICA 2: Instituir políticas de acesso de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Infantil.

	ESTRATÉGIAS
001	Garantir em todas as escolas estruturas adequadas para o atendimento
002	Garantir profissionais especializados para o atendimento, acompanhamento e cuidados

Eixo 3.1 – POLÍTICA 3: Instituir políticas de formação dos profissionais da educação para o atendimento na Educação Infantil.

	ESTRATÉGIAS
001	Garantir que todos os CMEI's e ETI's elaborem, implementem e avaliem suas propostas pedagógicas, considerando as diretrizes curriculares nacionais, bem como as necessidades educacionais especiais e as diversidades culturais.
002	Assegurar a valorização dos profissionais da Educação Infantil e Escolas de Tempo Integral, por meio de programas de formação e profissionalização docente
003	Garantir a inclusão dos professores cuidadores de Educação Infantil nos planos de cargos e salários do magistério municipal;
004	Garantir a formação para o professor para abordagens de temas relacionados as discussões de gênero, educação sexual e raça/etnia.

Eixo 3.1 – POLÍTICA 4: Instituir políticas de gestão democrática, participativa e descentralizada da educação

	ESTRATÉGIAS
001	Criar mecanismos de implementação da Gestão Democrática por meio da participação da comunidade escolar nos conselhos escolares
002	Realizar eleições diretas para diretores de unidades escolares do município
003	Incentivar, apoiar e garantir a autonomia dos grêmios estudantis.
004	Construção democrática dos Projetos Político-Pedagógicos com a participação de comunidade escolar.

Eixo 3 – Desenvolvimento Social: Direito à Saúde.

3.2 SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O Sistema Único de Saúde (SUS), inscrito na Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende a toda população brasileira. Este ano de 2020 comemoramos os 30 anos do Sistema Único de Saúde/ SUS assim nossa candidatura majoritária reafirma o compromisso de defender o SUS e continuar a luta pela sua implantação total, como direito social de todo o povo palmense e dever do poder público, que passa pelas seguintes diretrizes: garantia do seu financiamento, ampliação da cobertura e qualidade do seu atendimento, valorização dos trabalhadores da saúde; diálogo permanente com a sociedade civil e fortalecimento e respeito ao controle social sobre o direito à saúde.

O fracasso econômico desde o golpe de 2016 (mais de 13 milhões de desempregados) e suas medidas antipopulares de austeridade fiscal já se fazem sentir dramaticamente na saúde, por exemplo, com aumento da mortalidade infantil, diminuição da cobertura vacinal e volta de doenças evitáveis. A pandemia da Covid19 mostrou para o mundo que um sistema de saúde forte com princípios de universalidade e integralidade, é absolutamente necessário pois só ele foi capaz de cuidar e proteger a vida. As reformas impostas e as ações de desmonte do SUS estão destruindo ou ameaçando gravemente políticas universalizantes e inclusivas que foram construídas nos últimos anos, como o Mais Médicos, as UPAs, o SAMU, a Farmácia Popular, a Saúde da Família, o Programa Nacional de Imunizações, entre outros. Desta forma precisamos fazer uma frente forte de resistência a este modelo de gestão que coloca o lucro como mais importante que a vida, e assim reduz o estado e com ele as políticas sociais públicas essenciais para vida do povo.

A partir de uma concepção fortemente privatizante da saúde, o governo Bolsonaro e seus aliados não apenas ataca o SUS, como procura criar regras que prejudicam fortemente os usuários e o direito à saúde universal e gratuita com qualidade social.

Desta forma propomos um conjunto de políticas e estratégias para garantir o acesso universal e de qualidade à saúde na perspectiva da promoção, que passa pela prevenção, cuidado e recuperação da saúde individual e coletiva de nossa gente.

Palmas conta com uma rede de saúde ainda insuficiente para a garantia do cuidado universal, integral, continuado da saúde. Padece de um plano estratégico de promoção da saúde coletiva e um frágil controle social. A participação e engajamento popular na luta pelo direito à saúde é invisibilizada e muitas vozes silenciada por gestões autoritárias e com pouca transparência nos gastos públicos.

Concepção de Direito à Saúde: completo bem-estar físico, psicológico e social, resultante de determinações sociais, econômicas e culturais (ausência de doença);

Eixo 3.2 POLÍTICA 1: Garantir o direito à saúde, ampliando e qualificando o acesso às ações e serviços de saúde, com ênfase na integralidade, equidade, humanização e justiça social	
	ESTRATÉGIAS
001	Ampliar os serviços da atenção primária, garantindo o acesso universal;
002	Ampliar o número de profissionais da saúde nos serviços, a partir da realização de concursos públicos;
003	Ampliar o atendimento das especialidades em saúde;
004	Ampliação do horário de atendimento na atenção primária;
005	Instituir programa de segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil.
006	Ampliação e melhoria das instalações físicas do Henfil, serviço de assistência a pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras IST's
007	Manutenção e melhoria das condições de funcionamento do SAMU
008	Manutenção e ampliação da oferta da Farmácia Básica.
009	Implantação de farmácia viva.

Eixo 3.2 POLÍTICA 2: Garantir a atenção, prevenção e proteção a saúde mental da população na perspectiva dos direitos humanos e do bem viver	
	ESTRATÉGIAS
001	Ampliar os investimentos para execução da política de saúde mental;

002	Ampliar o atendimento da Rede de Atenção Psicossocial por meio da articulação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS II e CAPS AD III e do Ambulatório Infanto-Juvenil com os demais equipamentos de saúde que compõem a RAPS;
003	Criação do CAPS 24 horas e do CAPSi;
004	Ampliar o número de profissionais da RAPS, garantindo política de formação especializada em saúde mental;

Eixo 3.2 POLÍTICA 3: Fortalecer o SUS por meio de uma gestão participativa e democrática

	ESTRATÉGIAS
001	Realizar o planejamento participativo, auditoria e do monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde
002	Fortalecer as instâncias de controle social em saúde e espaços de participação popular, ampliando os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação do cidadão;
003	Fortalecer a ouvidoria, agilizando as respostas às demandas da população;
004	Fortalecer as ações de inovação, pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo do sistema Único de Saúde, visando incrementar o desempenho do sistema;

Eixo 3.2 POLÍTICA 4: Gestão humanizada do Trabalho em saúde e educação permanente

	ESTRATÉGIAS
001	Valorização dos trabalhadores da saúde do município, com a garantia de isonomia e equiparação salarial;
002	Fortalecer a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde por meio da potencialização da escola de saúde pública;
003	Cumprimento e melhoria do Plano de Cargo, Carreira e Salários dos trabalhadores da saúde;

Eixo 3.2 POLÍTICA 5: Ampliação e melhoria política de Zoonoses	
	ESTRATÉGIAS
001	Criação de uma Clínica Veterinária pública que possibilite a castração, vacinação gratuita, tratamento de doenças, resgate de animais de rua e o cuidado;
002	Construção de Campanhas de conscientização e educação sobre os direitos dos animais, visando o cuidado e não violência aos animais domésticos e, principalmente, de rua;

Eixo 3 – Desenvolvimento Social: Direito à Assistência Social

3.3. Direito Social, com orçamento público, proteção social e participação popular!

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS é um dos maiores sistemas de proteção social do Estado Brasileiro. O SUAS foi construído coletivamente pelas forças sociais e instituído pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Dado a sua capacidade de cobertura territorial e amplitude de provisão de serviços continuados e benefícios não contributivos, destina-se às pessoas, famílias e populações em situação de vulnerabilidade social, como a pobreza, a precariedade de acesso à políticas públicas, e violações de direitos, a exemplo das violências contra crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, entre outros grupos, especialmente no contexto familiar e nos territórios mais desiguais das cidades, mediadas pelas dimensões de raça e gênero.

Em Palmas a Política de Assistência social e o SUAS tem como marco histórico de seu desenvolvimento o ano de 2005, no início do governo dos partidos dos trabalhadores, com a criação da secretaria municipal de Assistência Social que viabilizou a ampliação e organização da sua rede de serviços. Porém nos anos seguintes após às administrações petistas iniciou-se um processo de desfinanciamento da política, redução de serviços, fechamento de equipamentos, precarização das condições de trabalho e da qualidade do atendimento prestado à população. Além disso, a fragilização da capacidade de gestão municipal e de integração com demais políticas sociais contribuíram para a reprodução das expressões da desigualdade, ampliação das desproteções e violações diversas.

Frente a esse quadro de descaracterização do SUAS diversos movimentos e organizações da área denunciaram a precarização da Assistência Social destacando às

condições de atendimento à população em situação de rua, a ausência de serviços de atenção e o acolhimento institucional, além de ação judicial requisitando a retomada dos CRAS que foram fechados. Os CRAS fechados em Palmas localizam-se em territórios que concentram maiores vulnerabilidades e com violações diversas, apontadas inclusive pela população ouvida em audiências públicas. Infelizmente até o momento estes serviços não foram reinstalados.

O referenciamento das mais de 45 mil famílias inscritas no CAD UNICO em situação de maior vulnerabilidade social, pobreza e com direitos violados, o que inclui infâncias, juventudes, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBT, além das novas desproteções e demandas provocadas pela covid19, é preciso a formação de equipes técnicas, conforme as normativas do SUAS, bem como uma rede de serviços qualificada.

A prefeitura de Palmas não tem garantido a recomposição de equipes técnicas para a qualidade dos serviços, assim como para a efetivação de outras funções do SUAS e de atuação intersetorial e de defesa dos direitos. Em Palmas a população tem sofrido com a redução de benefícios e a capacidade de atendimento, especialmente neste momento de efeitos da pandemia. Do mesmo modo, as/os trabalhadoras/es do SUAS de Palmas estão sofrendo com a precarização das condições de trabalho, ausência de uma política de cuidado, segurança e valorização. Estão na linha de frente de enfrentamento da Covid19, com diversas demandas e desproteções que não estão sendo acompanhadas por dificuldades de respostas efetivas da gestão e efetivas condições de trabalho. Somado a estes fatores, a ausência de concursos públicos e mecanismos de gestão do trabalho, provocaram uma situação de colapso nos serviços, de demandas represadas, de ausência de condições objetivas para a qualificação dos serviços prestados à população.

Importante destacar que no âmbito do SUAS o trabalho social possui o potencial de reduzir vulnerabilidades, interromper violações, com desenvolvimento de ações que visam o fortalecimento dos vínculos socioafetivos, de pertencimento e de sociabilidade, e potencializem a incidência política para enfrentamento das vulnerabilidades.

O processo de fragilização do SUAS no país e em Palmas traz consequências sociais, como a interrupção de cobertura de serviços e benefícios. Do mesmo modo, a falta de uma gestão democrática interrompe a cooperação, a inovação social, a participação social. Processo que, também, afasta entidades e organizações das possibilidades de

compor o SUAS e a rede de iniciativas que promovam impactos sociais territoriais, de modo a reverter contextos desiguais e possibilitar a construção de uma cidade efetivamente justa, humana e igualitária.

A seguir propomos as principais políticas e estratégias

Eixo 3.3. POLÍTICA - 1: Implantar a Gestão descentralizada e participativa do SUAS	
	ESTRATEGIAS
001	Instituir a lei do SUAS com destinação de percentual fixo para o orçamento da Assistência Social.
002	Implantar a Vigilância socioassistencial de modo a tornar possível o mapeamento das desproteções, vulnerabilidades e riscos sociais.
003	Alterar a nomenclatura do atual órgão gestor para Secretaria Municipal de Assistência Social, com garantia de orçamento público ampliado e suficiente para a universalização da cobertura de serviços e benefícios em toda a cidade de Palmas;
004	Realizar concurso público e organizar equipes interdisciplinares em quantidade suficiente para a prestação qualificada de serviços, e com adoção de políticas de valorização do trabalho;
005	Implantar o Centro de Educação Permanente do SUAS, para formação continuada, produção e disseminação de conhecimentos, metodologias de intervenção, com fomento da inovação em gestão e trabalho social, em parceria com Universidades e organismos nacionais e internacionais;
006	Implantar Comitês Populares de Assistência Social nos territórios de CRAS, para fortalecer o acompanhamento e avaliação da política de assistência social, contribuindo no processo democrático e na qualidade dos serviços prestados à população, bem como identificar potencialidades para o desenvolvimento de projetos e ações que promovam direitos, renda e qualidade de vida nos territórios;

Eixo 3.3. POLÍTICA - 2: Ampliar e qualificar a Rede de serviços Socioassistenciais.	
	ESTRATEGIAS
001	Ampliar a rede de serviços da Proteção Social Básica, e imediata reinstalação dos 3 CRAS que foram fechados.
002	Aprimorar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (Idoso e crianças); e implantação dos serviços de cuidado no domicílio para população idosa e pessoa com deficiência.
003	Implantar Benefício Eventual para atender situações de vulnerabilidade social temporária, destinado especialmente para jovens egressos de acolhimento institucional, mulheres em situação de violência, migrantes e pessoas com histórico de situação de rua;
004	Ampliar proteção social para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, com expansão e qualificação de serviços e benefícios socioassistenciais, prioritariamente em territórios mais vulneráveis, o que requer a ampla cobertura de equipamentos do SUAS, com CRAS, CREAS e Centros Pop e demais equipamentos;
005	Implantar novas formas de acolhimento institucional na modalidade de repúblicas ou famílias acolhedoras para públicos vulneráveis, em especial jovens egressos de acolhimento institucional e idosos com vínculos familiares rompidos;
006	Fortalecer a integração com a rede socioassistencial não governamental, considerando demandas dos territórios mais vulneráveis, com ampliação e adequação de custeio de serviços e projetos, e implantar programas para atendimento integrado com entidades e organizações de defesa de direitos
007	Implantar serviços em conjunto com saúde mental para atendimento de pessoas que demandam atenção especializada, bem como o desenvolvimento conjunto de serviços domiciliares que possam apoiar as famílias que vivem os cuidados contínuos com um ou mais membros familiares;

Eixo 3.3. POLÍTICA - 3: Ampliar as Ações e serviços estratégicos intersetoriais	
	ESTRATEGIAS
001	Implantar Programa Adolescente Palmense, integrado ao Programa Adolescente Aprendiz, com ampliação de parcerias; ofertando vivências significativas, visando seu desenvolvimento integral, acesso à renda e a participação cidadã;
002	Ampliar rede de atendimento à mulher em situação de violência, acolhimento, com implementação de programas específicos que visam a redução da desigualdade de gênero;
003	Ampliar Programas voltados à juventude, trabalhadores informais; desempregados e de aplicativos, e mulheres, visando autonomia financeira e ascensão social;
004	Fomentar a integração com a Economia Solidária para potencialização do acesso à renda e da inserção diferenciada no mundo do trabalho;

Eixo 3.4 – Desenvolvimento Social: Defesa dos Direitos da Mulher

O partido dos Trabalhadores desde a década de 1980 vem fazendo importante embate nos processos eleitorais de nosso País, transformando a cultura política e as práticas de governo no Brasil. Importante frisar o Modo Petista de Governar, dentre as iniciativas registradas ao longo dessa trajetória, nos governos do PT foi possível criar organismos específicos de políticas para as mulheres nas estruturas de Estado, com diferentes denominações.

As primeiras experiências se iniciaram durante a gestão 1989/1992, quando foi criada a Coordenadoria de Mulheres na Prefeitura de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte e Assessoria de Direitos da Mulher em Santo André. Observa-se que são conquistas valiosas das Mulheres do PT para a sociedade. Em Palmas não poderia ser diferente, estamos mais uma vez diante das disputas eleitorais municipais e da elaboração do Plano de Governo, levando em consideração a história do PT e do seu modo de governar é oportuno trazer à discussão a problemática da efetividade da construção das políticas públicas para as mulheres, na perspectiva da igualdade e da

garantia de direitos. Tendo em vista que nos últimos anos vem sendo acentuada a perda do direito das mulheres pelas reformas neoliberais. E a crise econômica, sanitária e política de nosso país, nos coloca a dentro de todos os riscos, mazelas e retrocessos, é como diz Simoni Beauvoir que “basta uma crise política e econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

Necessitamos, de políticas efetivas que garantam nossos direitos, por meio de gestão humanizada, que pensa nas mulheres. Dessa forma destacamos a importância de criar uma Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, uma necessidade emergencial, Pois Palmas está entre as capitais com o maior índice de violência contra a mulher .Nesse Sentido, ressaltamos que as políticas públicas que propomos visam responder a demandas, principalmente dos grupos sociais excluídos, setores marginalizados, esferas pouco organizadas e segmentos mais vulneráveis como as mulheres negras e periféricas.

Eixo 3.4 POLÍTICA - 1: Criar Plano Municipal de políticas públicas para as Mulheres	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Criar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
002	Ampliar a participação das Mulheres na Administração Pública
003	Fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
004	Garantir no PPA, na LDO e na LOA dotação orçamentária às políticas para as mulheres,
005	Reestruturar o conselho municipal de políticas para as mulheres.
006	Realizar a Conferência Municipal da Mulher.
007	Envolver toda a rede de atendimento a mulher existente no município.
008	Instituir política de atendimento de reeducação ao homem agressor.

Eixo 3.4 POLÍTICA - 2: Promover a autonomia econômica das mulheres	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Ofertar cursos de geração de renda por meio da Economia Solidária;
002	Fortalecer a Economia Solidária;

003	Garantir crédito as Mulheres da Agricultura Familiar; e demais atividades econômicas
004	Incentivar ações auto organizadas de mulheres rurais e urbanas.

Eixo 3.4 - POLÍTICA 3: Assegurar a Transversalidade das Políticas Públicas na Administração Pública

Nº	ESTRATÉGIAS
001	Realizar um trabalho intersetorial entre as Secretarias Municipais e órgãos e instâncias para discutir as políticas de atendimento a mulher de forma integrada.

Eixo 3.4 - POLÍTICA - 4: Enfrentar todas as formas de violência contra as Mulheres

Nº	ESTRATÉGIAS
001	Resgatar e implantar os serviços especializados previstos na Lei Maria da Penha e outras legislações (Exploração Sexual, Violência Sexual, Notificação Obrigatória da Violência, Femicídio, Portarias do SUS).
002	Ampliar os mecanismos de escuta em parceria com órgãos especializados em atendimento da mulher.
003	Aprimorar o atendimento Disque 180
004	Criar um canal de atendimento municipal telefônico articulado com o 180

Eixo 3.4 - POLÍTICA - 5: Efetivar a política de Saúde integral das Mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Nº	ESTRATÉGIAS
001	Ampliar e estruturar os serviços especializados de atendimento tais como Centros de Referência, Casa Abrigo, unidades de saúde referência, contracepção de emergência e a profilaxia de infecção pelo HIV.
002	Promover assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual e às meninas que sofrem abuso sexual,
003	Cumprir a lei que assegura o direito a interrupção da gravidez .Em caso de estupro ;risco de morte ; e anencefalia

004	Garantir acesso aos serviços de planejamento familiar no acesso as cirurgias de laqueadura.
------------	---

Eixo 3.4 - POLÍTICA - 6: Assegurar o acesso aos Programas Sociais

Nº	ESTRATÉGIAS
001	Garantir a prioridade das mulheres receberem os benefícios sociais.
002	Garantir a titularidade para as mulheres nos Programas municipais de Moradia Popular

Eixo 3.4 - POLÍTICA 7: Fortalecer as ações de atenção à saúde integral da mulher, com atendimento humanizado, em todas as fases de seu ciclo de vida

Nº	ESTRATÉGIAS
001	Humanizar o atendimento à saúde das mulheres no período da gestação, parto e puerpério;
002	Garantir a assistência à saúde mental das mulheres, em especial pelos altos índices de uso de medicamentos e de drogas;
003	Fortalecer o atendimento especializado as mulheres com IST's, em função do aumento da epidemia entre as mulheres e a transmissão vertical.
004	Ampliar o atendimento as mulheres com câncer de mama e de colo do útero.

Eixo 3.4 - POLÍTICA - 8: Garantir uma política de igualdade de cargos e salários na administração pública.

Nº	ESTRATÉGIAS
001	Efetivar por meio de lei uma política efetiva de igualdade de salários na gestão pública.

Eixo 3.4 - POLÍTICA - 9: Garantir o Direito à Educação

Nº	ESTRATÉGIAS
001	Ampliar o número de vagas em creches públicas e para crianças de 4 meses a 5 anos, em tempo integral.

002	Garantir creche noturna para as crianças das mães estudantes e trabalhadoras.
------------	---

Eixo 3.4 - POLÍTICA - 10: Garantir a segurança das mulheres vítimas de violência.	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Ampliar as vagas da casa abrigo.
002	Realizar ação articulada com o Ministério público, Delegacias Especializadas em atendimento da Mulher, Conselhos de Direitos e Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS.

Eixo 3.5 - Desenvolvimento e Inclusão Social – Combate ao racismo

A população negra brasileira enfrenta mais de quatro séculos de discriminação e marginalização social, tendo como ação direta e indireta o poder público na retroalimentação dessa opressão histórica. É importante, portanto, que o racismo seja considerado oficialmente como um problema estrutural e coletivo, para que o Estado reconheça sua responsabilidade nesse processo, e então promova políticas públicas que visem reverter esse quadro de iniquidades raciais que injustiça cotidianamente vidas negras.

Nos últimos 10 anos foram publicadas várias pesquisas que dimensionam a situação de desigualdade racial que vive o Brasil, essa maior apropriação da realidade a partir desses dados devem subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas, bem como apontar para a sociedade a urgência do combate ao racismo não só âmbito privado e individual, mas também no público e comunitário.

As gestões municipais têm a tarefa de incorporar as demandas históricas que o movimento negro aponta, assim como buscar desvelar as especificidades que cada cidade e território possui, para assim apreender a dinamicidade com que ocorrem as relações raciais, e intervir de forma democrática, crítica e propositiva. Avaliamos, portanto, que uma administração municipal tem como desafio nesse cenário de avanços das forças conservadoras e reacionárias, o de assumir a pauta do combate ao racismo e confrontar a retomada do discurso do mito da democracia racial feito pelo

governo federal, que incessantemente busca mascarar as contradições raciais existentes no país a partir do esvaziamento do debate político sobre o tema.

Dessa forma, sinalizamos que o poder público municipal de Palmas tem um lugar estratégico na formulação e implementação de políticas públicas de combate ao racismo, pois é a esfera de governo que mais convive diretamente com o quadro de desigualdades sociais e raciais que permeiam a realidade palmense, presente explicitamente até no planejamento geográfico da cidade.

Eixo 3.5. POLÍTICA – 1 Garantir o acesso à saúde à população negra pela perspectiva da promoção da igualdade racial	
001	Efetivar os princípios e diretrizes da Política Integral de Saúde da População Negra (PISPN) no âmbito do SUS de Palmas
002	Garantir a inclusão e do preenchimento do quesito cor/raça nos instrumentos de coleta de dados nos sistemas de informação do SUS, sobretudo no que se refere ao cadastro do usuário na confecção do cartão do SUS.
003	Inserir os objetivos da PISPN nos processos de formação profissional e educação permanente de trabalhadoras/es da saúde municipal- sobretudo os da área de saúde mental-em articulação com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.
004	Elaborar materiais de divulgação visando à socialização de informações, conteúdos referentes ao combate ao racismo institucional.
005	Fortalecer a gestão participativa, com incentivo à participação popular e, como forma de garantir a integração de negros/as e organizações de cunho afro-brasileiro no controle social do SUS
006	Incentivar a produção de conhecimentos sobre racismo e saúde da população negra a partir da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas- FESP
007	Ampliar pesquisas e ações que abordem o conhecimento e tratamento de doenças prevalentes a população negra, como diabetes, pressão arterial e anemia falciforme

Eixo 3.5. POLÍTICA - 2 Consolidar uma política pública de Geração de Renda baseado no princípio da promoção da igualdade racial	
001	Ampliar vagas e opções de cursos profissionalizantes na rede socioassistencial, buscando alcançar o público jovem e também adulto.
002	Buscar consolidar a perspectiva da economia solidária como uma política pública municipal.
003	Garantir espaço de comércio, tal como uma feira comunitária, para expositoras/es negras/os, sobretudo para aquelas/es que produzem arte/adereços/comidas típicas da cultura afro-brasileira.
004	Estabelecer política de ações afirmativas no processo de concessão de créditos para microempreendedores/as, Buscando garantir equidade na distribuição desse recurso público.

Eixo 3.5. POLÍTICA – 3 Intervir no processo econômico de Palmas como forma de combater as disparidades dos índices de desemprego e renda entre negras/os e brancas/os.	
001	Reconhecer publicamente a iniciativa de empresas privadas que possuem política de empregabilidade baseada na concepção de promoção da igualdade racial, tanto nos cargos de chefias quanto nos cargos subordinados.
002	Formular campanhas públicas que alertem a população e empregadoras/es acerca do reprodução do racismo existente nos processos de seleção e contratação de empregados/as negras/os nas empresas privadas, como por exemplo a indução ao corte e/ou alisamento de cabelos crespos.
003	Implantar sistema de cotas nos concursos municipais

Eixo 3.5. POLÍTICA – 4 Promover uma educação antirracista nas escolas públicas	
001	Incidir sob a elaboração e execução do plano municipal de educação quanto a efetivação da lei federal nº 10.639/03 e a nº 11.645/08 que visa o estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, por meio de

	capacitação de professoras/es da rede municipal para abordagem do tema de forma permanente e transversal nas diversas disciplinas obrigatórias.
002	Realizar comemorações do 20 de novembro – dia da consciência negra-, dentro e fora das escolas públicas, de forma crítica, pautando o debate acerca das relações raciais numa perspectiva política e ampla, não apenas cultural.
003	Realizar campanhas públicas que visem inibir a reprodução do racismo nas escolas
004	Incentivar a inserção da prática da capoeira junto a demais atividades corporais realizadas nas escolas municipais, tal como já ocorre com balé, Jiu-Jitsu e etc.

Eixo 3.5. POLÍTICA 5 -Construir uma visão positiva acerca da identidade negra como forma de potencializar o desenvolvimento cognitivo, político e emocional de pessoas negras

001	Estabelecer política de ação afirmativa em peças publicitárias financiadas pelo poder público municipal.
002	homenagear personagens históricos negros na nomeação de ruas, escolas e demais equipamentos públicos.
003	Atuar na perspectiva de promoção da igualdade racial no processo de nomeação de servidoras/es a posições de destaques dentro da gestão pública.
004	Instituir o feriado municipal na data do 20 de novembro, dia nacional de Zumbi dos Palmares, como meio de incentivar a consciência racial e também dar maior visibilidade para a luta racial.

Eixo 3.5. Política 6 - Estruturação de programas e ações voltadas para o combate ao racismo de forma transversal a todas as políticas públicas desenvolvidas pela gestão municipal

001	Criar secretária municipal de promoção da igualdade racial
002	Garantir no PPA, na LDO e na LOA dotação orçamentária para as políticas para combate ao racismo, garantindo assim a estruturação dos órgãos gestores, programas e serviços

003	Elaborar o Plano municipal de combate ao racismo, elegendo metas, prazos, responsáveis e recursos necessários.
004	Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal de Promoção de igualdade racial (COMPIR)

Eixo 3.5. POLÍTICA 7 - Combater o racismo institucional no âmbito do serviço público municipal

001	Construir processo de formação permanente aos agentes da guarda metropolitana como forma de garantir abordagens policiais que respeitem a integridade de jovens negras/os e periféricas/os.
002	Instituir mecanismos de transparência e investigação em casos de violência racial cometida pelo poder público municipal
003	Combater a formação de milícias e grupos de extermínio
004	Publicizar o canal da ouvidoria do SUS como espaço também para denúncia de racismo institucional, sobretudo no que se refere a violência obstétrica que acomete de forma mais incisiva mulheres negras.

Eixo 3.5. POLÍTICA 8 - Incentivar e financiar atividades culturais de origem afro-brasileiro e latino americano, bem como democratizar o acesso a cultura e lazer para a população negra.

001	Promover editais de apoio financeiro a artistas negras/os, grupos artísticos e etc
002	Construir pontos de cultura nas periferias da cidade com destaque a formação cultural e política de jovens negras/os.
003	Instituir festival cultural que valorize e visibilize manifestações culturais de origem afro e periférica, tal como as batalhas de hip hop.
004	Apoiar artistas negras/os locais que disputarem prêmios nacionais.
005	Inserir atividades/ atrações culturais de religiões de matriz-africana no evento anual financiado pela prefeitura denominado “Capital da Fé”
006	Formular e publicizar campanhas que visem o combate e denuncia do racismo religioso contra religiões de matriz africana

Eixo 3.6 - Desenvolvimento Social – Juventude

3.6.1 Políticas para a Juventude

Historicamente, a juventude pouco foi vista pelo poder público como uma parcela da sociedade que precisava de políticas públicas específicas para garantir seu completo desenvolvimento humano. Hoje, o que vemos é que é exatamente essa parcela que sofre mais radicalmente com o processo de crise política, social e econômica que vivemos no Brasil, no nosso estado e na nossa cidade.

Os altos índices de desemprego, de exposição à violência e, principalmente, de vulnerabilidade socioeconômica atingem a juventude de forma radical. A maioria dos empregos informais, principalmente em aplicativos, é ocupada por jovens, assim como a violência, principalmente do próprio poder público, acomete em sua maioria a juventude. Além disso, com a crise, o número de evasão escolar e abandono do ensino superior têm aumentado a cada dia e a juventude tem perdido sua esperança em sonhar com um futuro digno.

É nesse sentido que entendemos que o poder público e particularmente a prefeitura de Palmas deve se responsabilizar por garantir uma vida digna a essa parcela da população que mais tem sofrido com as expressões da crise social que vivemos, construindo um universo de políticas públicas, setorializadas e transversais, específicas para a juventude.

Para isso, devemos defender uma concepção de política pública pra juventude que seja pautada para além da inserção no trabalho/renda, buscando investir na juventude como potência de vida, de descobertas e assim garantindo o pleno exercício dessa fase do desenvolvimento humano. Ou seja, o poder público precisa garantir que a juventude tenha o direito, nessa fase da vida, ao estudo, à segurança, à dignidade, à liberdade e a livre expressão das suas potencialidades.

Eixo 3.6 Política 1: Garantir o direito à saúde da juventude	
Nº	Estratégias
001	Ampliar o atendimento em saúde mental para jovens, por meio da RAPS e da criação do CAPSi

002	Criar e promover Campanhas de prevenção ao suicídio;
003	Ampliar e capacitar os profissionais de saúde para o tratamento adequado à juventude urbana e camponesa, bem como mulheres; negros e negras e a população LGBTQIA+, incluindo acompanhamento psicológico;

Eixo 3.6 Política 2: Promover uma educação acolhedora, libertadora e emancipatória para a juventude

Nº	Estratégias
001	Criar de Programas Municipais de Bolsa Auxílio aos estudantes, em especial aos bolsistas do PROUNI e cotistas;
002	Garantir o direito das crianças e jovens do campo à estudarem no local em que vivem. Para isso regulamentar no município uma política de não fechamento de Escolas do Campo com base na Lei nº 12.960 de 2014;
003	Criar programa de inclusão digital para a juventude urbana e camponesa com disponibilização chips ou pacotes de rede com acesso a conteúdos educativos e aulas online para professores e estudantes;
004	Implantar projetos pedagógicos em Direitos Humanos e no combate à todas as opressões e discriminações nas escolas;
005	Cumprir a lei federal que prevê a contratação de um psicólogo e um assistente social por escola;

Eixo 3.6 Política 3: Garantir o direito à cidade para a juventude

Nº	Estratégias
001	Garantir o não aumento da tarifa do transporte público em 2021;
002	Criar o passe livre irrestrito para todos estudantes e jovens desempregados, em especial para os de baixa renda, como forma de garantir acesso à educação e à equipamentos de cultura, esporte e lazer da cidade, subsidiado pela prefeitura;
003	Fortalecer o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana com a ampliação das representações da sociedade civil para garantir a paridade total entre poder público, sociedade civil e prestadores de serviço;

Eixo 3.6 Política 4: Garantir o direito ao esporte para a juventude.	
Nº	Estratégias
001	Construir espaços de prática de esporte nas periferias e também reforma das já existentes na cidade;
002	Garantir investimento público municipal na criação de políticas de esporte para juventude, a partir de ações como auxílio financeiro (Bolsas) para jovens atletas de baixa renda;
003	Promover eventos esportivos a jovens com deficiência (PCD) bem como desenvolver projetos para o incentivo de tais modalidades;
004	Promover torneios esportivos municipais entre os bairros e quadras da cidade, como instrumento de organização comunitária da população;

Eixo 3.6 Política 5: Respeitar o direito à vida e garantir a segurança da juventude	
Nº	Estratégias
001	Coibir de forma incisiva a violação de direitos em que jovens negros são submetidos através da repressão violenta cometidas pelo poder publico, garantindo o bem viver da juventude negra das periferias;
002	Instituir programa de formação continuada intensa em direitos humanos e racismo institucional para a guarda metropolitana municipal;
003	Fortalecer as corregedorias e ouvidorias permitindo amplo controle social da guarda;
004	Fazer o processo de desarmamento letal do guarda civil metropolitano;

Eixo 3.6 Política 6: Garantir o direito à cultura da juventude	
Nº	Estratégias
001	Criar Editais públicos de financiamento de projetos culturais, sobretudo as batalhas de rimas já atuantes na cidade;
002	Garantir ampla participação social na construção dos grandes eventos culturais tradicionais na cidade de Palmas, como o Carnaval;

Eixo 3.6 Política 7: Promover a participação da juventude na agenda decisória do município	
Nº	Estratégias
001	Garantir, no Orçamento Participativo, o debate específico para a política de juventude
002	Lutar pela melhor estruturação do Conselho municipal de juventude, garantindo a autonomia de ação e fiscalização;
003	Criar o Sistema Municipal de Juventude com a estruturação de uma secretaria de juventude e Fundo Municipal de juventude;

Eixo 3.6 Política 8 P: Garantir o direito ao turismo e lazer	
Nº	Estratégias
001	Criar uma política de subsídio que garanta a entrada gratuita de jovens de baixa renda nas cachoeiras de Taquaruçu.

Eixo 3.7. – Desenvolvimento Social – Cultura

A Cultura na centralidade e integração ao projeto de desenvolvimento global da cidade.

“Fazer cultura é combater sempre nas fronteiras do impossível
Fazer política é expandir sempre as fronteiras do possível.”
Jorge Furtado, cineasta.

Palmas, capital do Estado do Tocantins, ainda vive nos dias atuais, da herança das políticas culturais estruturantes que foram implantadas na gestão petista que governou a cidade entre 2005 a 2012 e que teve forte reflexo e influência das gestões culturais do Ministério da Cultura, nos governos de Lula e Dilma. Esses governos, entre outras ações, tiveram como macro central a criação do Sistema Nacional de Cultura – SNC e em âmbito

local, a implantação do Sistema Municipal de Cultura – SMC e criação da Fundação Cultural de Palmas - FCP.

O Plano de Governo proposto pelo Partido dos Trabalhadores que apresentamos para debater com a sociedade palmense em 2020, se propõe avançar e aprofundar na execução de uma política cultural baseada em três princípios fundantes, a destacar:

1. cultura como eixo da centralidade do projeto global de desenvolvimento da cidade;
2. gestão cultural radicalmente popular e democrática; e
3. periferia como território estratégico de confluência, produção, criação e espaço de difusão artística e cultural.

O Plano de Governo para a área cultural será constituído de quatro políticas estratégicas:

1. fortalecimento e ampliação do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
2. instituir uma política municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural;
3. promoção, ampliação e fortalecimento dos eventos culturais; e
4. fortalecimento, incentivo e apoio às iniciativas da cultura popular e urbana.

O Plano foi concebido dentro de uma visão ampliada do conceito de cultura e da sua transversalidade em todas as áreas de gestão com destaque para educação, turismo, saúde, desenvolvimento social e urbano, meio ambiente, juventude, esportes, lazer e entretenimento.

Neste contexto, o Partido dos Trabalhadores propõe uma gestão cultural participativa, inovadora e geradora de oportunidades.

Eixo 3.7 Política 1: Fortalecimento e ampliação do Sistema Municipal de Cultura.	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Construir novo Plano decenal Municipal de Cultura (2023 – 2032), com o protagonismo do Conselho Municipal de Políticas Culturais, participação da sociedade civil e câmara municipal.
002	Ampliar os recursos do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, por meio do repasse anual de 2,5% (dois e meio por cento), com base na receita bruta de ISSQN e IPTU, definido pela Lei Complementar nº 279, de 03 de fevereiro de 2014.

003	Fortalecer a política de editais públicos, promover e estimular a circulação da produção artística e cultural nos espaços de cultura da Prefeitura, nas escolas públicas do município e na rede de pontos de cultura.
004	Criar a Lei Cultura Viva no âmbito municipal para ampliar e fortalecer a rede municipal de pontos de cultura e estabelecer as bases legais de apoio às instituições culturais e de cidadania;
005	Criar e implantar quatro Centros populares de Cultura e juventude nas regiões norte, sul, Taquaruçu e Buritirana.
006	Priorizar e fortalecer a política de formação artística do Município.
007	Popularizar e democratizar o acesso aos Centro de Ensino e Treinamento Artístico do Espaço Cultural de Palmas, nos Centros de Criatividades no Espaço Mais Cultura na Quadra 1.304 Sul, na Estação Cidadania do Setor Morada do Sol II (antigo CÉU) e na Casa da Cultura de Taquaruçu.
008	Criar e implantar cargos técnicos específicos que garantam a funcionalidade e eficiência na prestação dos serviços da Fundação Cultural de Palmas.
009	Realizar concurso público para preenchimentos dos cargos da Fundação Cultural de Palmas.
010	Enquadrar a função de professor de artes à estrutura da Fundação Cultural de Palmas.

Eixo 3.7 Política 2: Instituir uma política municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

Nº	ESTRATÉGIAS
001	Preservar o patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e cultural da cidade.
002	Estruturar e fortalecer tecnicamente o setor de patrimônio cultural.
003	Criar e implantar o museu municipal de Palmas
004	Reformar e preservar os espaços de museus Casa Sussuapara e Museu Casa Vitor de Taquaruçu.
005	Visibilizar os espaços históricos e incluí-los no roteiro turístico.

Eixo 3.7 Política 3: Promoção, ampliação e fortalecimento dos eventos culturais.	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Manter e fortalecer o Arraiá da Capital.
002	Ampliar o incentivo e apoio às quadrilhas juninas, fortalecendo o circuito de quadrilhas e realizar eventos estaduais e nacionais.
003	Incentivar a criação de quadrilhas juninas nos bairros.
004	Realizar em Palmas mostra nacional das artes.
005	Realizar festival de cinema de Palmas.
006	Fortalecer e ampliar o Festival estudantil de Palmas “Você na Tela”
007	Realizar o Festival Popular da Canção de Palmas.
008	Implantar a Feira Literária de Palmas

Eixo 3.7 Política 4 Fortalecimento, incentivo e apoio às iniciativas das culturas popular e urbana.	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Desenvolver um programa de apoio a cultura hip-hop
002	Desenvolver um programa de cultura popular (Sussia, Dança de São Gonçalo, Folias e outros).
003	Desenvolver política de respeito, valorização e combate ao preconceito a todas as manifestações de caráter cultural, oriundas das manifestações religiosas.

Eixo 3.8 Desenvolvimento Social – Direitos Humanos

3.8.3. – Políticas de Disseminação dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 emerge como resposta da humanidade a barbárie produzida no pós-segunda guerra mundial. Ecoou como um ímpeto universal pela afirmação da dignidade dos seres humanos. A luta pela conquista da liberdade e da igualdade se põe como um imperativo ético e político. Entretanto, a fraternidade, que se apresenta como fundamento essencial dos direitos humanos, não se alcança por decreto ou imposição.

Nenhuma lei ou norma poderá concretizá-la, pois ela é aprendida por meio das práticas sociais e da educação que promove a cooperação mútua.

Compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos: Direitos civis e políticos — como a liberdade de expressão, o direito de ir e vir e o direito à vida — e direitos econômicos e sociais, os quais geralmente exigem ações do Estado — a educação, a cultura, a habitação, a saúde. Existem razões que dificultam significativamente a realização plena dos direitos humanos. Sendo assim propomos um conjunto de políticas e estratégias que sinalizam a consecução de direitos para as pessoas que tem seus direitos violados.

I – Política de Proteção dos públicos vulneráveis

II – Política de Promoção e Controle Social dos Direitos Humanos

III – Política de disseminação dos Direitos Humanos.

A efetivação da competência dos Direitos Humanos supõe que no município de Palmas assuma por tarefa enfrentar as desigualdades e iniquidades existentes, que se manifestam nas discriminações, explorações e violências, baseadas em razões de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência, fases geracionais e localidade geográfica. Nesta perspectiva políticas que visam assegurar condições mínimas de igualdade e de vida digna através de políticas públicas nas áreas dos direitos sociais, econômicos e culturais.

3.8.1 Políticas de Fortalecimento da Proteção dos Públicos Vulneráveis

Eixo 3.8. Política 1: Fortalecimento da Proteção dos Públicos Vulneráveis	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Implementar medidas Judiciais e extrajudiciais de exigibilidade de direitos
002	Garantir o Financiamento público de atividades de órgãos públicos e entidades sociais de atendimento de direitos sociais, econômicos e culturais.
003	Criar programa de formação de operadores do sistema de DH.
004	Gerenciamento de dados e informações relativo aos DH
005	Monitoramento e avaliação das ações públicas de garantia de direitos
006	Mobilização social em favor das políticas públicas básicas

II – Políticas de Promoção e Controle Social dos Direitos Humanos

Esse eixo se situa no campo da formulação e operação das políticas sociais, onde são criadas as condições materiais para que a liberdade, a integridade e a dignidade sejam respeitadas e as necessidades básicas atendidas. Nesse eixo são operadas ações que têm como base diagnósticos situacionais e institucionais e diretrizes gerais que se efetivam, principalmente, com a criação, implementação e qualificação/fortalecimento de serviços/atividades; de programas/projetos, específicos e próprios; e de políticas sociais em geral

Eixo 3.8. Política 2: Promoção e Controle Social dos Direitos Humanos	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Garantir estrutura para viabilizar a participação das entidades de atendimento, governamentais e não governamentais na elaboração e implementação de políticas de DH
002	Garantir mecanismos de descentralização política e administrativa das ações em DH
003	Fomentar espaços para que a população participe na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, por meio de organizações representativas e conselhos setoriais e de políticas públicas.

3.8.3. – Políticas de Disseminação dos Direitos Humanos

Esse eixo objetiva preparar a sociedade como um todo para vivenciar a cidadania e, especificamente, discutir, contextualizar, em uma perspectiva crítica, a garantia desses direitos — está ensaiando ainda seus primeiros passos. No entanto, esse eixo é de importância fundamental por deter as condições necessárias para operar atividades de formação continuada tendo em vista a construção de uma cultura de cidadania, na qual a exigibilidade e o respeito aos direitos humanos sejam princípios fundamentais.

Devem participar desse eixo os diferentes meios de comunicação e de formação: as instituições educativas em seus níveis, primário, secundário, técnico, universitário (graduação e pós-graduação, estrito e lato sensu); os órgãos de divulgação; imprensa, rádio, televisão; o cinema e demais meios de comunicação (internet, espaços de encontro e discussão e outros). Essas

instituições detêm as ferramentas mais eficazes para a (re) construção do olhar sobre os direitos humanos no contexto da sociedade, de modo que os mesmos sejam reconhecidos e respeitados.

Eixo 3.8. Política 1: Disseminação dos Direitos Humanos	
Nº	ESTRATÉGIAS
001	Institui mecanismos de participação da sociedade civil na gestão dos DH
002	Criar Programa de Formação continuada em Direitos Humanos para capacitar a sociedade civil e os servidores públicos.
003	Fortalecer a educação em direitos humanos nas escolas públicas municipais
004	Elaboração do Plano Municipal de Direitos Humanos de forma participativa

Eixo 4. Gestão Humanizada Democrática e Participativa

O Partido dos Trabalhadores- PT, mesmo compreendendo a complexidade da atual conjuntura de destruição dos valores democráticos e do Estado de Direitos pactuado na Constituição Federal de 1988, que está no bojo de uma das maiores crises do capitalismo, que se agravou ainda mais com a pandemia da COVID-19, decide se apresentar para a tarefa de governar Palmas durante os próximos quatros anos. Para tanto, fará o enfrentamento das eleições municipais deste ano, sustentando a narrativa de que Palmas pode e deve ser uma cidade humanizada, democrática e participativa, onde as pessoas e a vida sejam o centro de gravitação de todas as atenções do poder público e seus governantes.

O Partido dos Trabalhadores traz na bagagem as experiências acumuladas ao longo dos seus mais de 40 anos de existência e das oportunidades de ter governado o País por 12 anos e Palmas por 8 anos. Consciente de que os problemas da cidade não são mais os mesmos de 15 anos atrás e que o mundo está passando por grandes transformações. Estas, que trazem em seu bojo grandes oportunidades de se fazer diferente, mais e melhor, do que tudo que já foi feito, para o crescimento humano e da nossa cidade.

Sintonizado com a conjuntura, o Partido naturalmente não ignora, que será sob a égide de um quadro de calamidade, que terá enquanto como ator político e social de enfrentar o governo desastroso e fascista de Bolsonaro e a mais grave pandemia dos últimos 100 anos e ao mesmo tempo, se apresentar para disputar os corações e mentes de cada cidadã e cidadão palmense.

Mesmo diante desta conjuntura, onde temos a imposição necessária do isolamento social, como estratégia de guerra para vencer o Corona vírus COVID-19. Tudo isso, dá a estas eleições um formato diferenciado e desconhecido.

Mas, embora, a crise em suas duas dimensões (econômica e sanitária), crie muitas dificuldades na operacionalização das próximas eleições municipais e na implementação das ações de um futuro governo, o momento se apresenta rico em oportunidades para demarcar uma grande diferença na defesa dos interesses e anseios da maioria da população palmense, a partir da percepção de que as pessoas devem estar sempre em primeiro lugar.

Vivemos duas graves crises. A econômica que se arrasta desde 2008 e a sanitária. A pandemia do COVID-19, faz inclusive aprofundar a crise econômica e desnuda a ineficiência e incapacidade do Estado neoliberal em promover o bem estar social das pessoas, por isso, deve se ter claro que esse modelo gerencialista de planejamento das ações e do modelo de Estado mínimo não servirá para implementação das mudanças necessárias para esse novo tempo que deverá nascer após a superação da pandemia.

Precisa-se de um modelo de planejamento situacional focado no capital social e seu potencial de desenvolvimento, onde as pessoas participem como sujeito ativo dessas mudanças e estejam no centro de todas as atenções da agenda decisória do governo. Certamente, não caberá ao Estado o papel só de regulador, mas de fomentador do desenvolvimento com sustentabilidade e provedor das necessidades primordiais para se viver com qualidade. Não se precisa de um estado com o foco, quase que exclusivamente, na defesa da propriedade em benefício de uma minoria em detrimento da defesa da vida e das necessidades da maioria.

O desafio de repensar Palmas além de seus jardins e seu traçado de linha retas, preparada para abrigar bem os veículos e dificultar muito a locomoção dos pedestres, é grande, mas por ser uma jovem cidade, com apenas 31 anos, será possível repensar a cidade articulando ações de envolvimento se não de todas, mas da maioria das pessoas na reconstrução conceitual de desenvolvimento urbano, com a integração dos serviços que dê respostas às necessidades de se habitar um lugar livre da segregação espacial e dos incômodos de não poder transitar-se livremente por suas ruas e avenidas.

Palmas precisa deixar de ser apenas nova pela idade e moderna pelo seu traçado, e, passar a ser inovadora no acolhimento amoroso de todas as pessoas e moderna na qualificação e humanização da relação do aparelho de Estado com seus cidadãos e cidadãs.

Por isso, estamos apresentando um projeto de gestão que humanize a cidade, qualifique e facilite o acesso aos serviços públicos, democratize a governança se aproximando das pessoas como sujeitas ativas e destinatárias dos resultados obtidos com agenda decisória a ser operacionalizada pelo governo municipal.

Assim, não mediremos esforços no sentido de que os habitantes possam ter a oportunidade de compreender que além dos serviços de qualidade de saúde, educação, assistência e lazer que reivindicam, possam, em conhecendo as potencialidades da cidade, se ver localizado neles como agente partícipe da sua implementação e na obtenção dos seus resultados e desta forma eleger um gestor para assumir o comando dessa transformação, que reúna a visão e a disposição para administrar com qualidade e grandeza uma das mais importantes cidade da região amazônica. Este, deve ter capacidade de gestão política e técnica e a disposição de implantar uma administração humanizada, democrática, transparente e participativa.

Orientada por premissas ***fundadas***: no desenvolvimento humano integral; na **participação popular** como estratégia de fortalecimento da cidadania e emancipação das pessoas; **no respeito as gerações** futuras construindo no presente, a perspectiva de que estas deverão desfrutar de condições ambientais sadias e propícias a prosperidade, que gere as riquezas necessárias ao seu bem-estar e felicidade; e, na **redução das desigualdades** como espinha dorsal desse *processo de desenvolvimento integral* e horizontalizado, com políticas públicas e estratégias capazes de melhor gerar e distribuir a riqueza entre as pessoas, no estímulo as suas vocações de como melhor desenvolver suas capacidades na ampliação das riquezas a serem partilhadas com toda a sociedade.

Ora, é notório que nos 5.570 municípios residem os 209 milhões de brasileiros, sendo este o solo firme em que nascem, estudam, empreendem, edificam seus lares, formam suas famílias e, continuamente, desde o nascituro até seus últimos dias de vida contribuem com a manutenção das três esferas de governo através dos diferentes tipos de tributos. Baseado nisto, é coerente a compreensão que esses brasileiros, tributáveis em sua moradia, alimentação, segurança, saúde, educação, transportes e tantas outras formas, possam ter amplo conhecimento do montante e da aplicabilidade dos recursos oriundos de tais contribuições, além da viabilidade sócio-econômica, financeira e administrativa do ente estatal, sobretudo do Município. O cidadão não mora no Estado, mas apenas nos municípios, com exceção exclusiva do Distrito Federal, que não caracteriza município, mas também não é Estado.

Como célula menor dos entes federados, os municípios possibilitam melhor visualização da população em relação à gestão dos recursos públicos, reflexos instantâneos dos atos praticados pelos gestores municipais e, ainda, apresenta-se como ambientes propícios à implantação de controles sociais baseados na participação do povo, a partir dos quais se alastraria uma verdadeira revolução conceitual de responsabilidade dos cidadãos no desenvolvimento econômico sustentável e o melhoramento da qualidade de vida para todos. A propósito deste termo (cidadão), a CF/1988, estabeleceu como fundamento do Estado democrático brasileiro, entre outros, a *cidadania*. E, sobre o conceito aplicado à cidadania, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal emitiu o seguinte entendimento:

“O conceito de cidadania envolve naturalmente o direito da maior participação possível dos cidadãos no processo decisório governamental, muito particularmente no campo dos chamados serviços sociais: educação, saúde, saneamento básico, transportes coletivos, recreação, cultura, previdência social e várias formas de assistência social”.

Pela razão exposta, é de difícil aceitação que o cidadão dotado de direitos, como na citação acima, mas, também, de obrigações de pagar impostos, zelar pelo patrimônio público, entre outros, negue interesse em conhecer e participar da situação econômico-financeira em que se encontra o município que vive, principalmente por manter relações sociais e comerciais que dependem do equilíbrio econômico da municipalidade. Ademais, em relação a tal equilíbrio, o resultado positivo ou negativo no município influenciaria, diretamente a economia do Estado e, conseqüentemente, da União.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, além de estabelecer normas das finanças públicas, transita pelo campo da conduta dos agentes e reforça o novo modelo de democratização, ao adotar como pressupostos da responsabilidade fiscal, a ação planejada e transparente, os quais são assegurados, inclusive, com obrigatório incentivo à participação popular. E, assim, instituem um “controle” a ser realizado pela população. Cabe aqui, a observação emitida pelos colendos Professores Flávio da Cruz e José Osvaldo Glok, no livro intitulado Controle Interno nos Municípios. (2003:19 p) em relação ao controle, que diz: “O ato de controlar está intimamente ligado ao de planejar. Dá retorno ao processo de planejamento e visa garantir que, através da aplicação dos recursos disponíveis, algum resultado seja obtido, seja na forma de produto ou de serviço”.

Um dos mais célebres instrumentos de controle é o orçamento, mas, antes de tudo, é ele fruto de um planejamento que, por sua vez, e tomando base a LRF e o Estatuto das Cidades deve ser elaborado, obrigatoriamente, de forma participativa já que seu propósito é reduzir o risco nas atividades ou em toda gestão, sendo, inclusive, contínuo e dinâmico. É, também, por meio deste documento que o cidadão identifica a destinação dos recursos que o governo recolhe sob a forma de tributos e mede a capacidade de gestão dos governantes e utiliza como parâmetro de uma política que satisfaçam os interesses seus e de sua família ou não.

Temos como visão estratégica que uma boa política pública é aquela que tem como prioridade as pessoas e a promoção e defesa da vida. Partindo daí, é de se compreender que uma administração pública só poderá ser boa se for capaz de promover o desenvolvimento humano, com bem-estar de toda a sociedade. Por isso, ela, precisa estar obrigatoriamente provida de mecanismos capazes de: facilitar a modernização das relações entre os cidadãos e os governantes; realizar a constante melhoria dos serviços ofertados à população; e, promover a transparência das ações de governo.

Superadas essas considerações iniciais propomos:

Eixo 4.1. – Gestão Humanizada, democrática e participativa

Eixo 4. Política 1 – Implementar o Planejamento e Orçamento Participativo	
	ESTRATEGIAS
001	Realizar a construção e aprovação do PPA -Plano Plurianual - com a participação da população do município
002	Dividir a Cidade em 18 Regiões, centralizando a realização das Plenárias Regionais a mais próxima possível dos moradores.
003	Realizar plenárias anuais por local de moradia, para definição das prioridades a serem inseridas da Lei Orçamentária anual.
004	Realizar plenárias temáticas para definição das prioridades de investimentos em políticas públicas e obras estruturantes.
005	Constituir em cada região, um Conselho do OP – Orçamento Participativo para coordenar a busca de apoio às demandas junto à Câmara Municipal e o acompanhamento da execução orçamentária.

Eixo 4. Política 2 – Aproximar o Governo Municipal da População	
	ESTRATEGIAS
001	Dividir o Município em 6 Regiões Administrativas informais.
002	Transferir, uma vez por ano, a sede do Município informalmente para cada uma das Regiões Administrativas Informais, realizando 6 encontros durante 3 dias em cada, com a participação do Prefeito acompanhado de todo seu primeiro escalão com os moradores e com a execução de todas as ações de serviços das áreas fins e também das áreas meio da Prefeitura e de seus parceiros.
003	Articular e garantir a participação das três esferas de poder, nas áreas de prestação de serviços direta ao cidadão.
004	Articular a participação nos encontros de entidades do terceiro setor.
005	Desenvolver parceria com as associações de moradores e outras organizações do movimento social para mobilização e execução desta política.
006	Abrir uma mesa permanente de diálogo e negociação com as entidades dos movimentos sociais, popular, religiosos, representantes de classes e terceiro setor.
007	Requalificar e ampliar o RESOLVE Palmas em serviços e unidades.

Eixo 4. Política 3 – Ampliar o Portal da Transparência Cidadã	
	ESTRATEGIAS
001	Ampliar e facilitar o acesso das cidadãs e cidadãos a execução orçamentária da Prefeitura.
002	Criar e implementar o Portal de Transparência, que permite acesso livre das cidadãs e cidadãos a todas as ações da Prefeitura, desde projetos de leis, requerimentos e circulares e até projetos de investimentos e obras em andamento.
003	Implantar um aplicativo de acesso as informações da prefeitura de forma simplificada.
004	Atualizar e ampliar o Georeferenciamento da Cidade.
005	Modernizar e ampliar a cobertura de vídeo monitoramento da cidade.
006	Ampliar a cobertura de pontos de internet gratuita.

Eixo 4. Política 4: Ampliar o serviço de Ouvidoria Popular	
	ESTRATEGIAS
001	Fortalecer e ampliar as ações da Ouvidoria Municipal.
002	Agilizar as respostas às demandas e denúncias recebida pela Ouvidoria.
003	Divulgar e dar mais visibilidade ao telefone da ouvidora nos espaços públicos administrados pela prefeitura.

Eixo 4. Política 5: Implantar o Acompanhamento Eletrônico das Ações de Governo	
	ESTRATEGIAS
001	Operar um sistema virtual interno de monitoramento e controle diário de todas as ações da Prefeitura, centralizado no Gabinete do Prefeito.
002	Instituir por cada eixo do plano de governo um Fórum de planejamento, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas em execução, como forma de evitar superposição das ações.
003	Instituir em cada unidade de execução e assessoramento da gestão municipal um comitê de elaboração e execução das ações e atividades das políticas públicas definidas no planejamento geral do governo.

Eixo 4. Política 6: Assegurar a Proteção do PREVIPALMAS	
	ESTRATEGIAS
001	Assegurar e Fortalecer a Participação Majoritária dos Servidores Públicos no Controle do Fundo de Previdência de Palmas
002	Fazer, ao assumir, uma rigorosa revisão atuarial

Eixo 4. Política 7: Valorizar os Servidores Públicos	
	ESTRATEGIAS
001	Fortalecer e ampliar as ações de qualificação para as carreiras.
002	Assegurar os direitos adquiridos através dos Planos Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipal de Palmas.
003	Instituir um sistema de auto avaliação do desempenho dos Servidores em suas funções.

004	Garantir um programa de valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias.
005	Estimular e apoiar os servidores na qualificação permanente, fazendo convênios com universidades para abrir vagas de especialização e de mestrado principalmente profissional.

Eixo 5 - Eixo Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação

O processo a ser desenvolvido na busca da construção de uma cidade de alto padrão de desenvolvimento humano com bem-estar e qualidade de vida para todos os seus habitantes, não será possível sem a contribuição crítica e criativa da ciência. O que significa que todas as ações diretas e indiretas para o desenvolvimento de um local ou uma região devem contar obrigatoriamente com a colaboração da ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

Assim, ciência, tecnologia e inovação (CT&I) devem ter papel estratégico na política desenvolvimento do município de Palmas. Para isso, o próximo governante municipal terá um papel muito preponderante na mobilização de toda comunidade científica em articulação com os setores econômicos e sociais no enfrentamento do desafio construir as condições materiais e criativas de implantação, em Palmas, de um avançado polo científico, tecnológico e inovação.

Por isso, uma administração de Palmas comprometida com a construção da prosperidade para todos, deverá investir com seriedade no desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. Feitas essas considerações iniciais propomos:

Eixo 5.1 Eixo: Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação

Eixo 5 – Política 1 - Promover e fomentar um ambiente de inovação tecnológica em Palmas	
ORDEM	ESTRATEGIAS
001	Realizar uma grande concertação de tecnologia e inovação composta por diversos atores como: econômicos (produtivos, agentes financeiros e investidores); comunidade científica; organizações sociais; e, institucionais, para elaboração do planejamento estratégico para o eixo de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.

002	Criar o PATI – Parque Tecnológico e de Inovação, como um ambiente de integração do saber acadêmico com as potencialidades do município, as vantagens competitivas, os atores econômicos (o capital e o trabalho) e um conjunto de berços de indústrias de transformação e serviços, capaz de alavancar desenvolvimento econômico e social.
003	Criar condições atrativas para empresas inovadoras virem se instalar na área do PATI.
004	Potencializar as atividades econômicas existentes e fomentar novas atividades, diversificando a base econômica do município. Apoiar iniciativas empresariais de base tecnológica, incubando-as em berços do PATI.
005	Buscar empresas com expertises adquiridas em outros parques, centros ou polos tecnológicos.
006	Criar uma disciplina de CT&I na estrutura curricular da educação municipal e estimular que também seja criada nas subseqüentes do sistema educacional.
007	Criar um núcleo CT&I no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.
008	Fomentar e apoiar as atividades de formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação. Criando um programa específico para a efetividade a esta estratégia.
009	Constituir um fundo de desenvolvimento de pesquisa e aprimoramento de tecnologias em parceria com o setor privado, objetivando a melhoria dos serviços públicos de atendimento ao setor.
010	Incentivar pesquisas de desenvolvimento científico que reflitam diretamente na produção de empregos e redução da carga horária de trabalho aos trabalhadores.
011	Estabelecer uma rede múltipla de conhecimento e tecnologia de forma virtual, com caráter de promoção e acolhimento a investidores na cidade de Palmas.
012	Promover ambientes de inovação e atividades relacionadas à CT&I na rede pública municipal de Educação e nos espaços de atendimento de políticas de Assistência Social.

013	Desenvolver junto a Secretária de agricultura, desenvolvimento de CT&I para agricultura familiar.
-----	---

6. Considerações Finais

Reconhecemos que *O Modo Petista de Governar* consolidou-se “como referência por implementar políticas públicas que alteraram a qualidade de vida da população de diferentes municípios brasileiros”, e que, as experiências de gestão do PT estabeleceram “metas de inversão de prioridades, diminuição das desigualdades sociais, universalização e melhoria da qualidade dos serviços públicos, transparência administrativa e participação”. É por este Modo Petista de Governar que este Plano de Governo de Palmas se circunscreve e se consolidará! Viva o Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras!

Referencias:

PT/BRASIL. ESTATUTO DO PT.

PT/BRASIL. CARTA DE PRINCIPIOS DO PT.

PT/BRASIL. REVISTA O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL

PT/TOCANTINS. PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARA O TOCANTINS – TOCANTINS 2030(2014)

Palmas – TO, 19 de setembro de 2020

Donizeti Nogueira – Coordenador Geral
José Carlos da Silveira Freire – Relator
João Helder Vilela – Candidato a Prefeito